

# Revisão do Plano Diretor Municipal de Uberlândia (MG) **PDM 2024-2034**

**Reunião Conselho do Plano Diretor**  
**14 Novembro 2024**

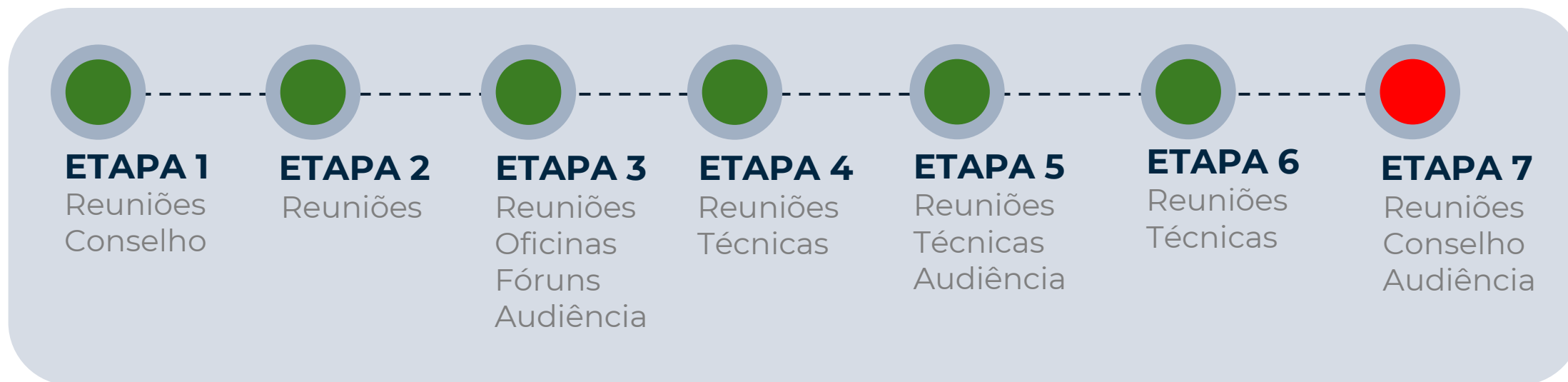
SECRETARIA MUNICIPAL DE  
PLANEJAMENTO URBANO

PREFEITURA DE  
**UBERLÂNDIA**

CONSÓRCIO  
CIDADANIA

## EVENTOS PREVISTOS

← 9 + 2 meses →



# PAUTA

- CENÁRIOS
- PLANO DE AÇÃO
- MACROZONEAMENTO ZONEAMENTO
- INSTRUMENTOS



Espaço participativo

Interação entre os atores sociais

Compatibilização das informações levantadas e geradas

Apropriação dos conteúdos

DIAGNÓSTICO  
(Leitura Comunitária)



DIAGNÓSTICO  
(Leitura Técnica)

CENÁRIOS



EIXO AMBIENTAL

EIXO TERRITORIAL  
E USO DO SOLO

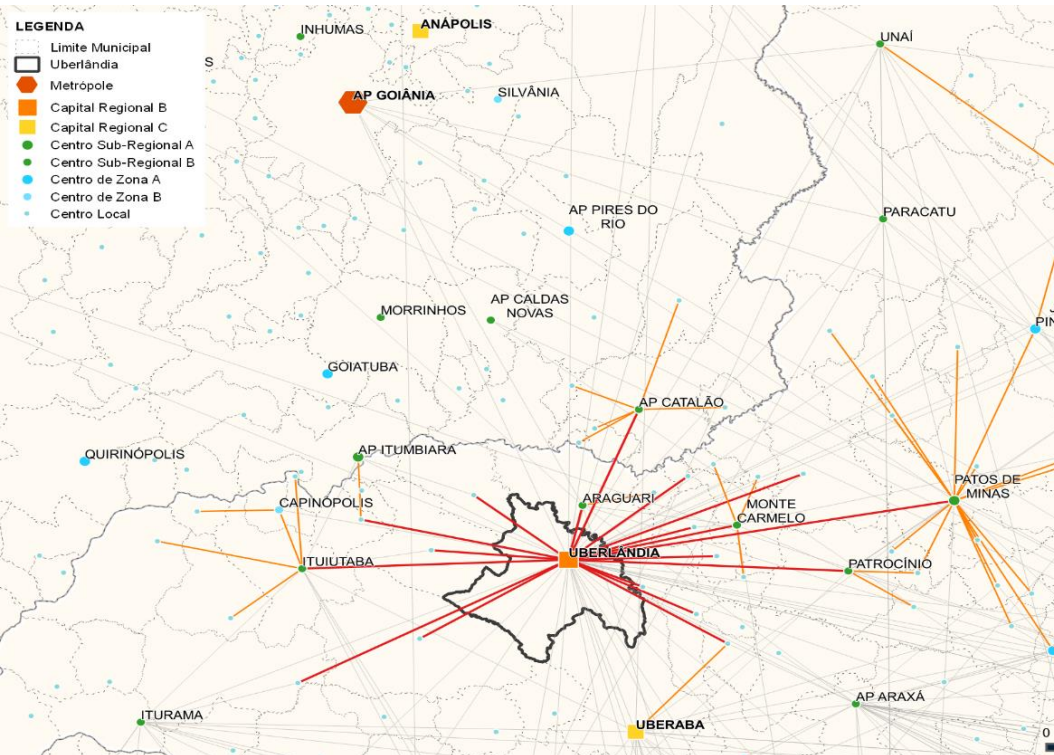
EIXO INSTITUCIONAL



EIXO INFRAESTRUTURA URBANA, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS

EIXO SOCIOECONÔMICO E HISTÓRICO-CULTURAL

## PRINCIPAIS ASPECTOS EIXOS PDMr



Sistema de Projeção: UTM - Fuso 22S. Datum Horizontal: SIRGAS 2000.  
 Fonte: IBGE, 2018. Imagem de Satélite: Google Satellite, 2023.

Ano	Uberlândia		Região Geográfica Imediata Uberlândia*		Minas Gerais	
	Abs.	Crescimento (%)	Abs.	Crescimento (%)	Abs.	Crescimento (%)
2001	516.870	-	219.857	-	18.127.096	-
2002	529.441	2,43%	220.434	0,26%	18.343.517	1,19%
2003	542.541	2,47%	220.653	0,10%	18.553.312	1,14%
2004	570.042	5,07%	221.114	0,21%	18.993.720	2,37%
2005	585.262	2,67%	221.372	0,12%	19.237.450	1,28%
2006	600.368	2,58%	221.623	0,11%	19.479.356	1,26%
2007	-	-	-	-	-	-
2008	622.441	3,68%	237.052	6,96%	19.850.060	1,90%
2009	634.345	1,91%	238.598	0,65%	20.033.665	0,92%
2011	611.904	-3,54%	236.759	-0,77%	19.728.701	-1,52%
2012	619.536	1,25%	237.916	0,49%	19.855.332	0,64%
2013	646.673	4,38%	246.362	3,55%	20.593.356	3,72%
2014	654.681	1,24%	247.694	0,54%	20.734.097	0,68%
2015	662.362	1,17%	248.973	0,52%	20.869.101	0,65%
2016	669.672	1,10%	250.189	0,49%	20.997.560	0,62%
2017	676.613	1,04%	251.343	0,46%	21.119.536	0,58%
2018	683.247	0,98%	249.509	0,73%	21.040.662	-0,37%
2019	691.305	1,18%	250.650	0,46%	21.168.791	0,61%
2020	699.097	1,13%	251.749	0,44%	21.292.666	0,59%
2021	706.597	1,07%	252.811	0,42%	21.411.923	0,56%
2022	<b>713.224</b>	0,94%	247.978	1,91%	20.538.718	-0,95%

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2022; IBGE - População Residente Estimada 2001 a 2022. Elaborado Consórcio Cidadania,

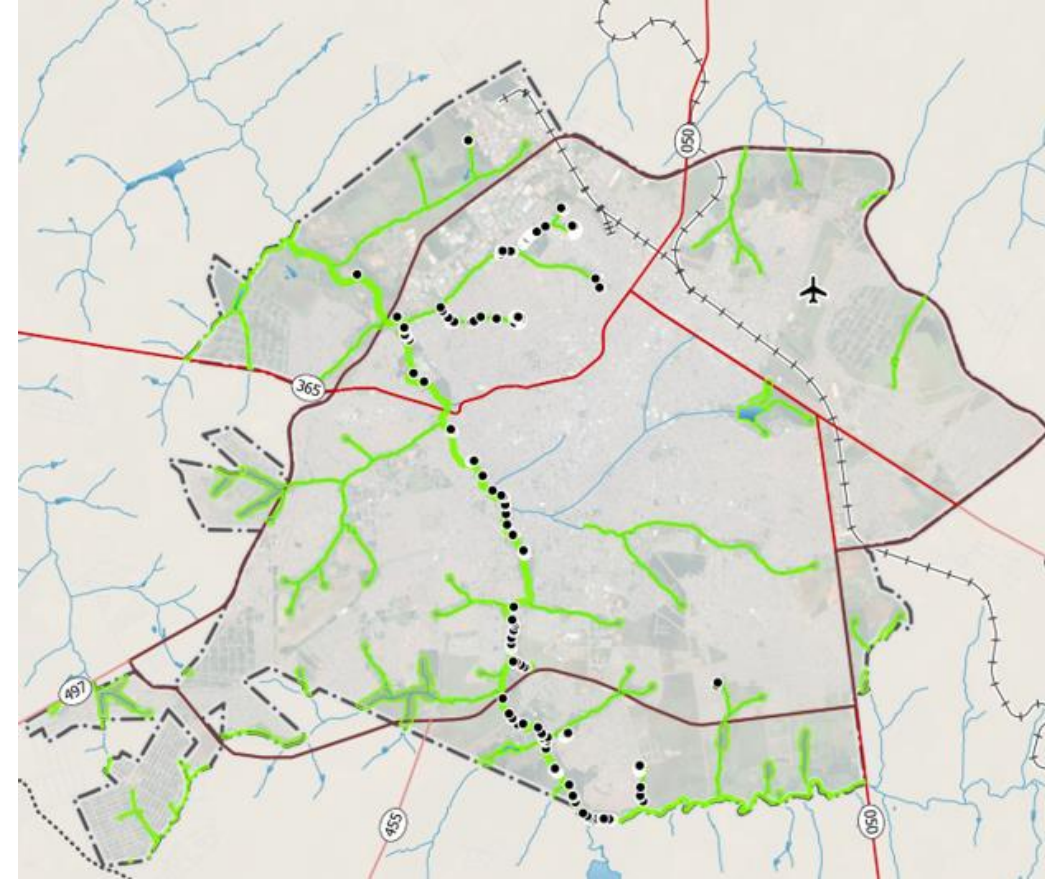
OCUPAÇÃO ESTIMADA ATUAL				
			CENÁRIO 1	CENÁRIO 2
			Considera 2,65 habitantes por domicílio e 1 domicílio por lote ocupado	Considera 2,65 habitantes por domicílio e 1 domicílio por CA máximo
ZONA	CA MAX	Nº LOTES OCUPADOS (1)(2)	HAB/LOTE OCUPADO 1 DOM/LOTE	HAB/LOTE OCUPADO 1 DOM/CA
ZC1	4,50	2.183	5.785	8.822
ZC2	3,50	7.014	18.587	25.557
ZCF	1,50	769	2.038	2.191
ZEIS II	2,50	3.393	8.991	11.015
ZEIS III	2,50	19.402	51.415	62.984
ZEIS IV	2,50	2	5	6
ZM	3,00	24.932	66.070	85.891
ZR1	1,20	9.534	25.265	26.023
ZR2	3,00	136.109	360.689	468.896
ZR3	3,00	2.137	5.663	7.362
ZRPA	0,20	1.034	2.740	2.411
ZT	2,75	13.105	34.728	43.844
<b>TOTAIS</b>		<b>219.614</b>	<b>581.977</b>	<b>745.002</b>

Notas: 1 – Considerados terrenos com área inferior a 40ha; 2 – Sem distinção entre usos dos lotes.  
3 – Verticalização de 15%





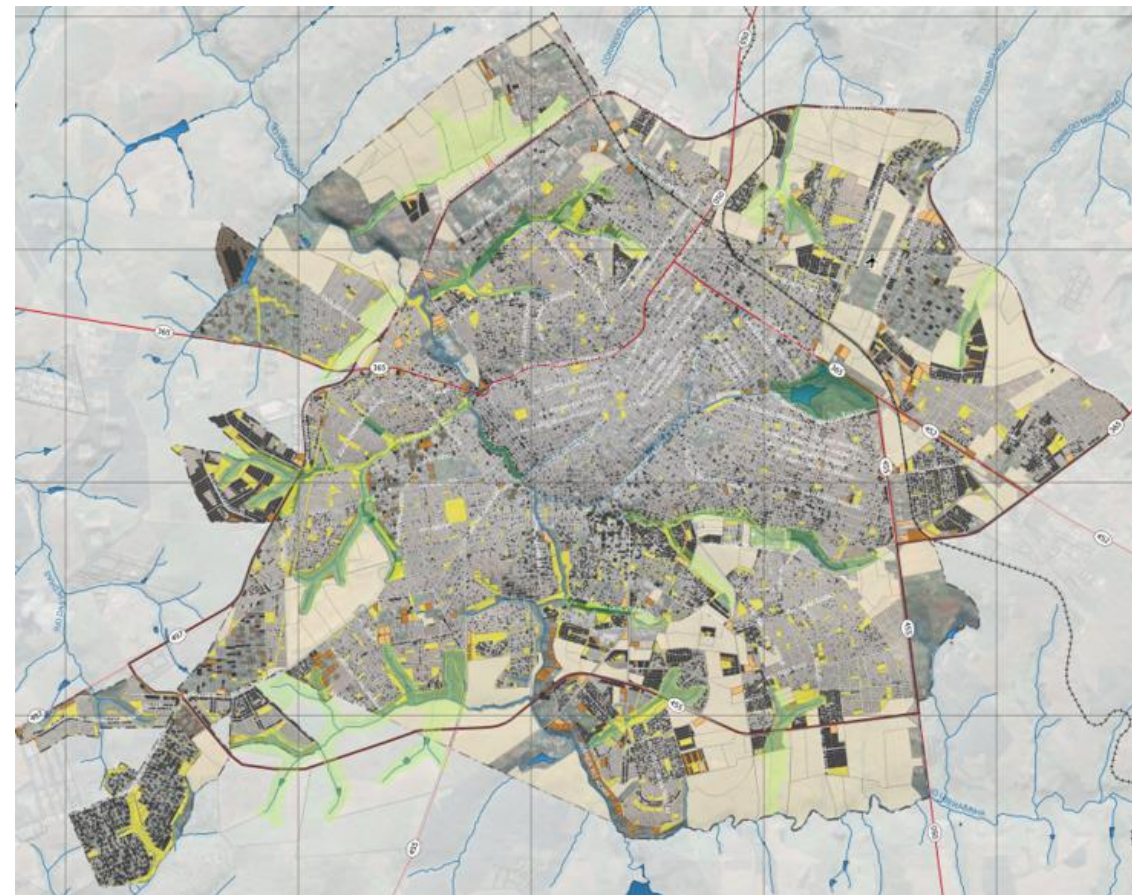
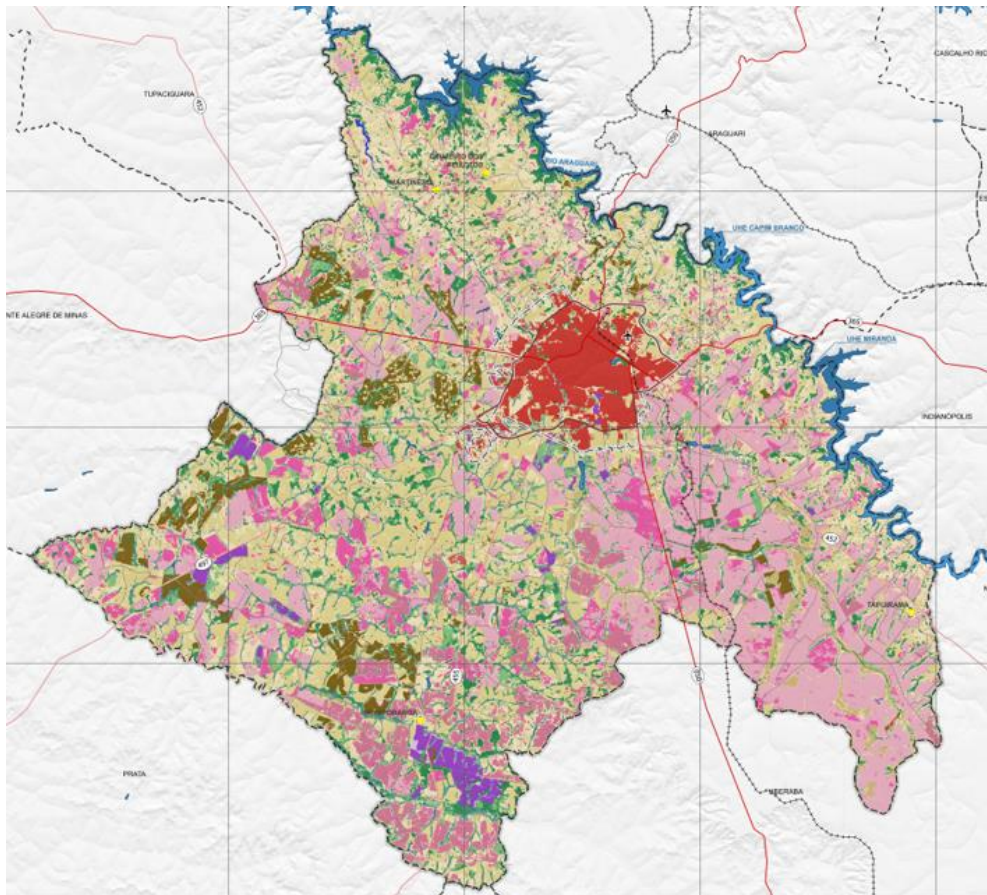
A1- Remanescentes florestais e áreas de veredas com potencial para implantação de parques, de vegetação fragmentada (com ocupação irregular).



A2- APPs dos rios urbanos em processo de degradação, assoreamento, supressão da vegetação nativa, e ocupações irregulares.

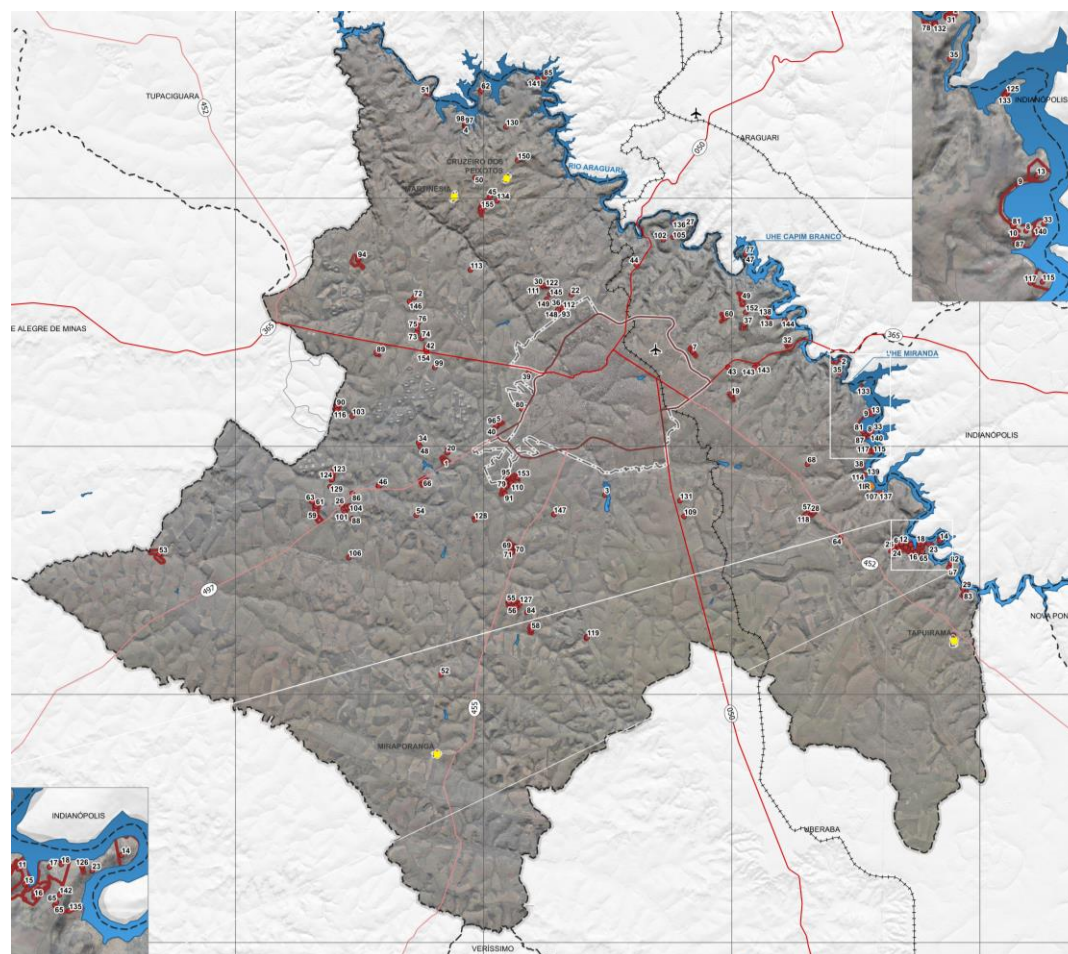
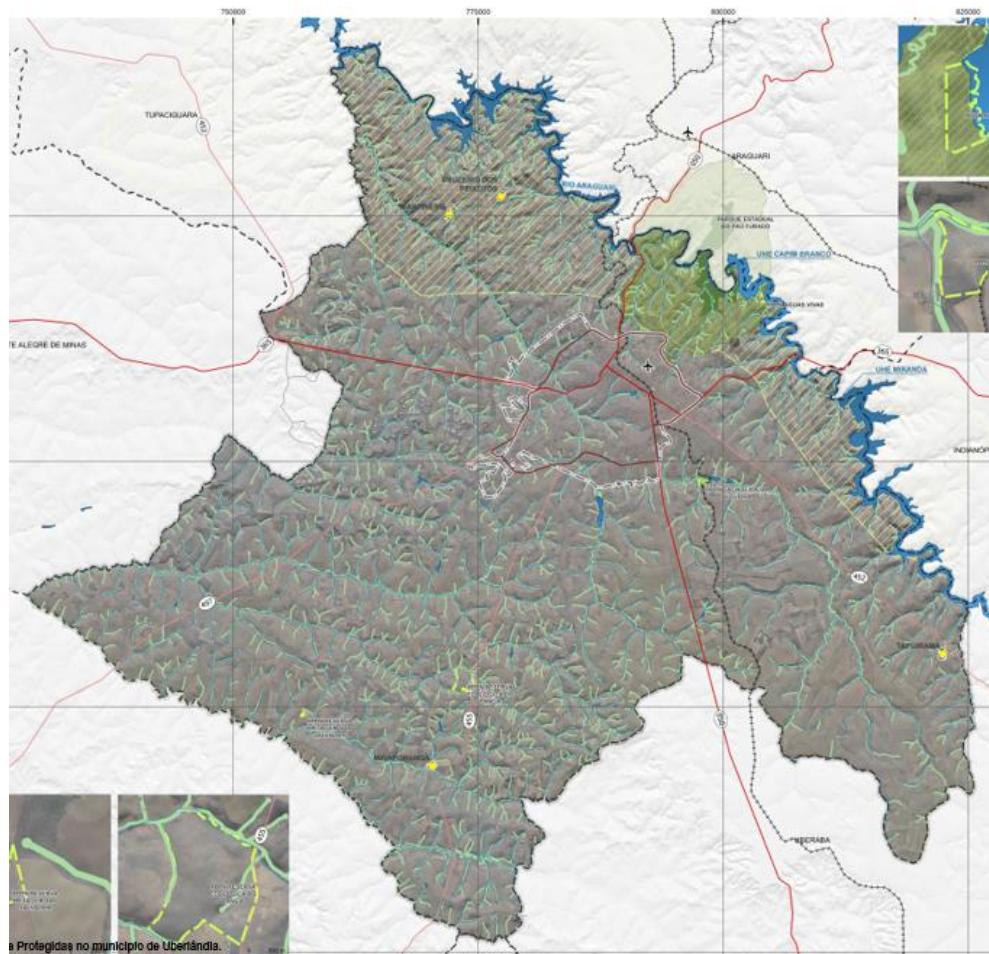
A3- Solo rico em **micaxisto**, importante potencial como **remineralizador** de solo e lançamento do município como **Polo Agromineral Verde**.





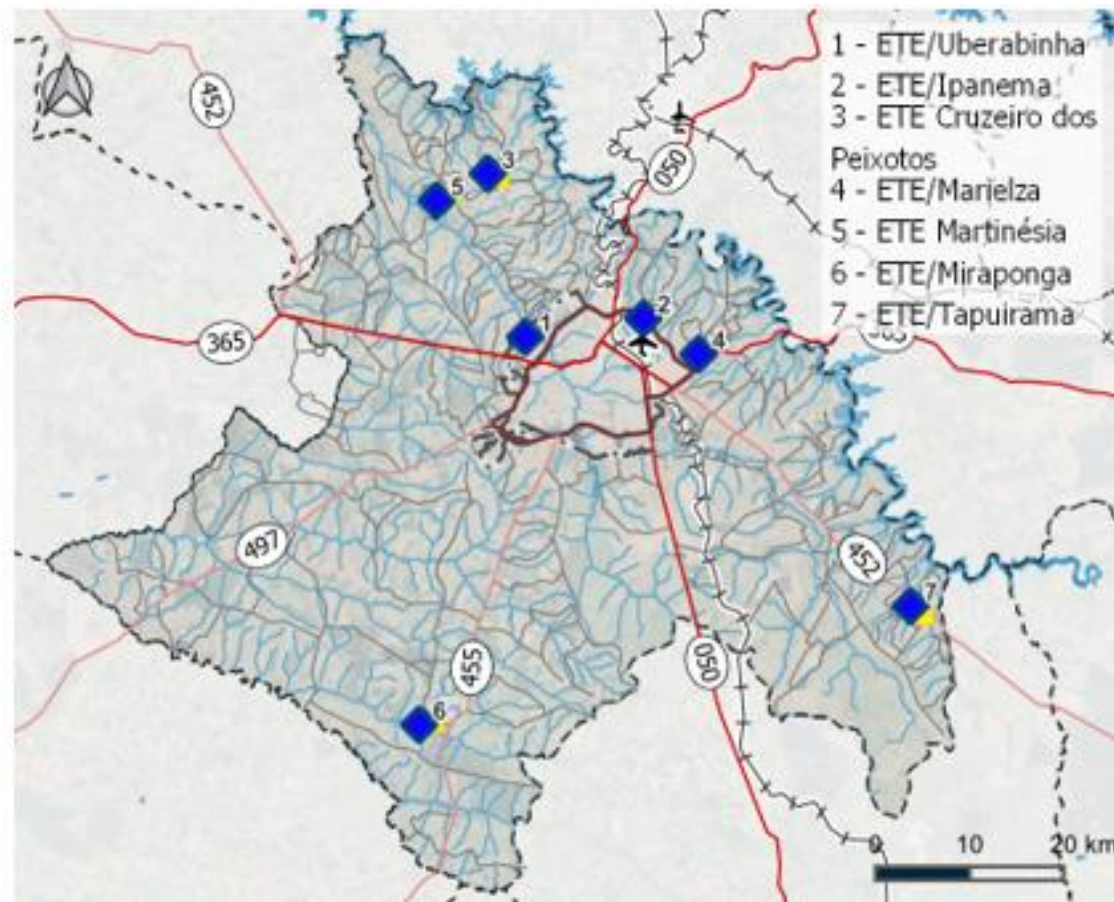
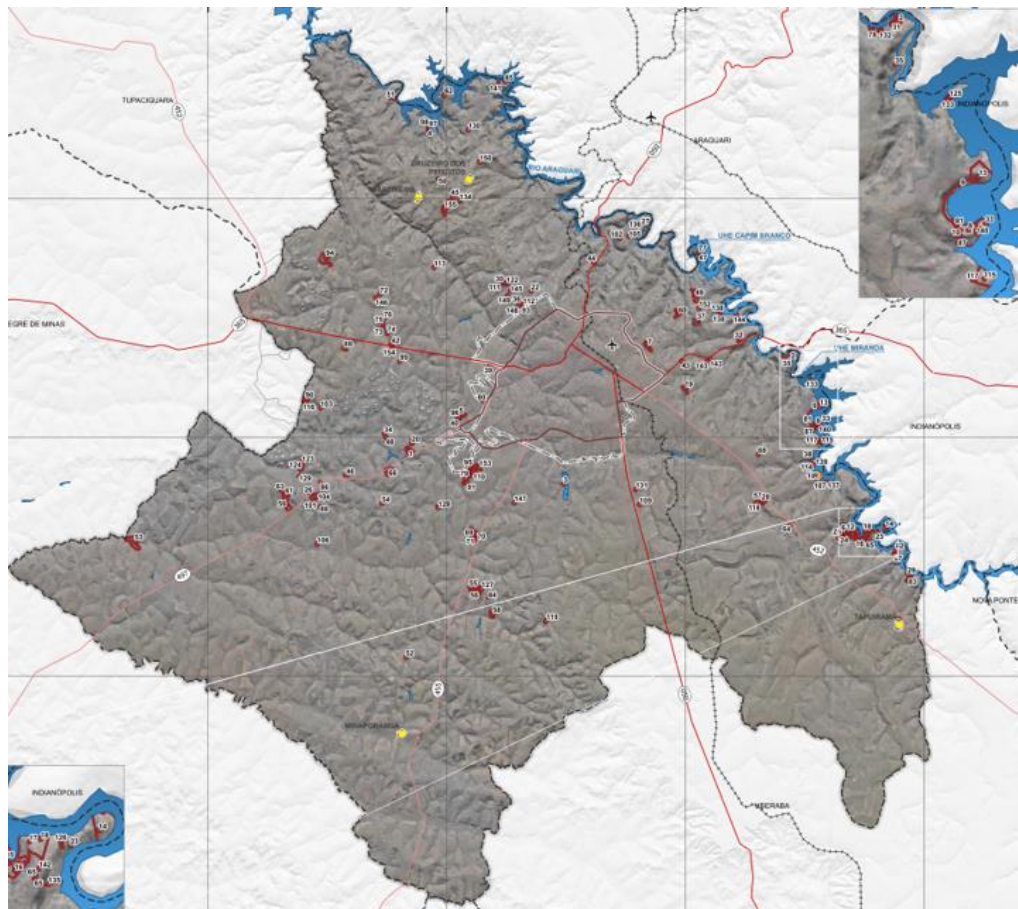
A4- **Uso do solo rural com agricultura intensiva** (extensas áreas de **campos hidromórficos** sendo drenadas) e **pecuária**.

A5- **Expressiva quantidade de vazios urbanos** na sede urbana.



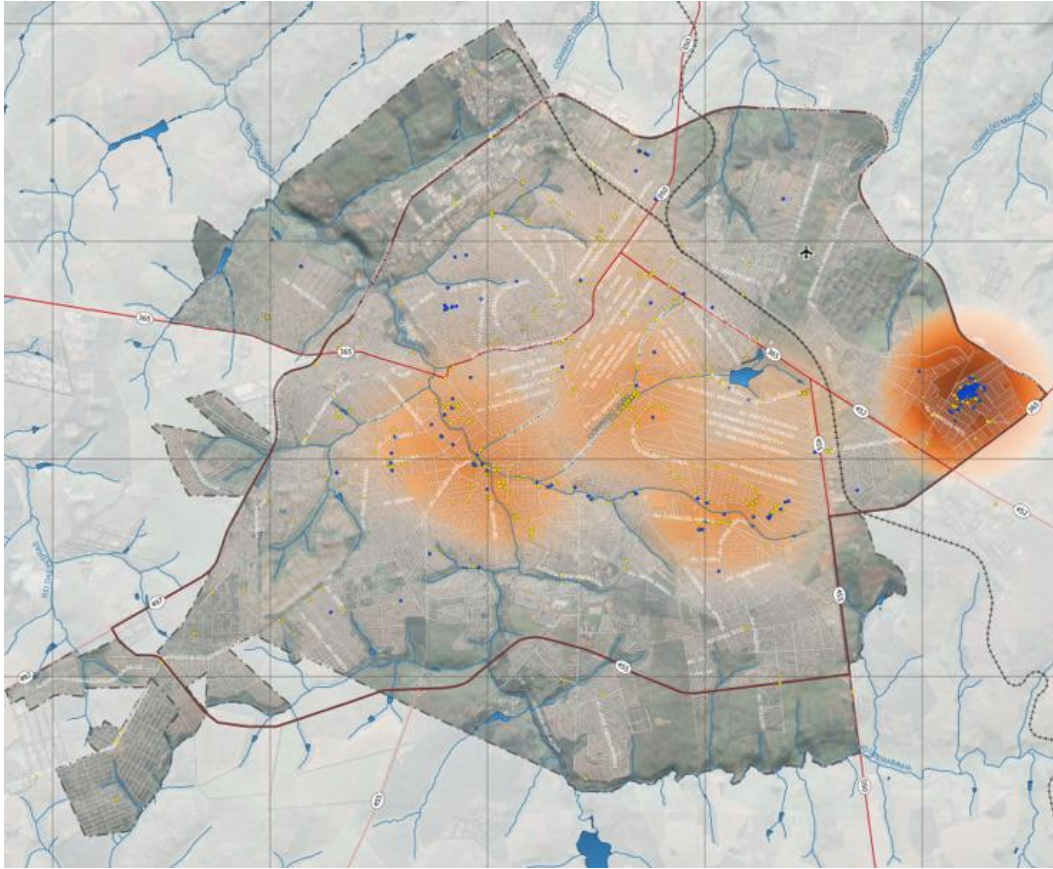
**A6- Implantação de novos loteamentos em áreas não propícias à expansão da ocupação urbana (setor leste) – zona de amortecimento do Parque Estadual Pau Furado.**

**A7- Expressiva quantidade de áreas públicas invadidas, invasões de terra na área rural e processos de regularização fundiária morosos.**



A8- Demanda no abastecimento público de água rural além da capacidade prevista, sobretudo, agravada pelos loteamentos clandestinos na área rural (população flutuante).

A9- A capacidade da ETE Uberabinha acaba sendo reduzida pelo recebimento dos grandes volumes de efluentes gerados pelo Aterro Sanitário.



A10- **Insuficiência** no sistema de **drenagem urbana atual**, muitos **rios canalizados** e **áreas centrais impermeabilizadas** levam a problemas de **alagamentos**, entre outros.

A11- **Utilização equivocada** dos **PEVs** pela população, com **descartes inadequados** e sem a **separação correta** dos resíduos.



A12- **Grande frota de veículos** no município, **conflito de tráfego** de **veículos de carga** em área urbana (**falta do Anel Viário Sul**), **altos índices de acidentes** de trânsito (apesar de eficiente no sistema de planejamento viário), além de **insuficiência** de **vagas de estacionamento** na cidade.

A13- **Diminuição** na **demanda** e no **interesse popular** pelo modal de **transporte coletivo**, apesar da **existência de corredores de transporte** do tipo **BRT** (com **caneleta exclusiva**), além de **pontos de ônibus sem padronização** e **cobertura** (para o sol e intempéries).



**A14- Insuficiência de rede cicloviária, com desconexão entre rotas e escassez de infraestrutura.**

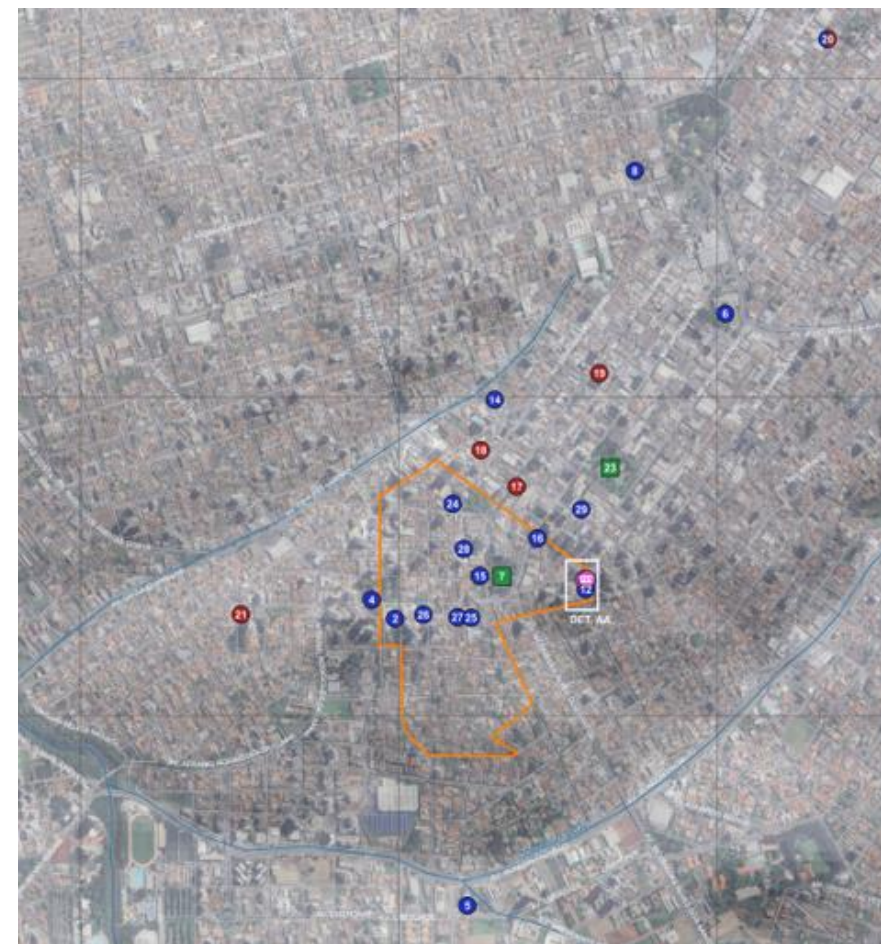
**A15- Disponibilidade e atendimento adequado para os equipamentos educação, saúde, assistência social, esporte, cultura e lazer, porém, com insuficiência na distribuição de unidades de ensino infantil e ensino médio. Município dispõe da Universidade Federal de Uberlândia e de hospital de referência nacional.**

A16- **Forte incremento populacional** com altas taxas de **crescimento muito superior** aos municípios da **Região Imediata** e **quase o dobro** do Estado de **Minas Gerais**.

A17- Uberlândia **se destaca regionalmente**, sendo **importante** para o **desenvolvimento econômico** do **entorno** e **geração** de **empregos formais**.

A18- **Destaque** de Uberlândia no **cenário nacional imobiliário** (empreendimento verticais), apesar destes estarem **voltados** à **classe média e alta**.

A19- **Existência** de **importantes atrativos naturais** (cachoeiras e corredeiras) e **atividades turísticas** nos **reservatórios** das **usinas hidrelétricas** (UHE Miranda e UHE Capim Branco), que trouxe também **problemas fundiários** e de **infraestruturas de acesso**.

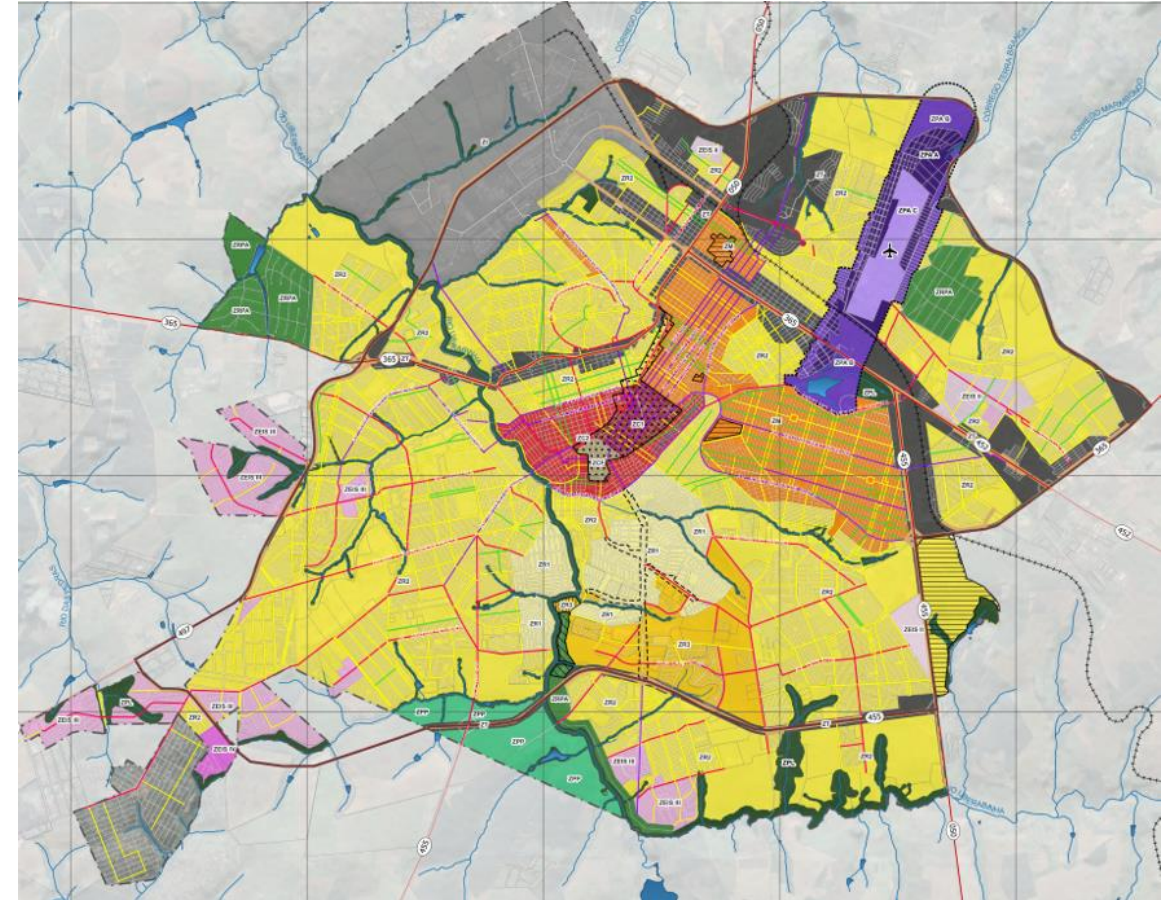


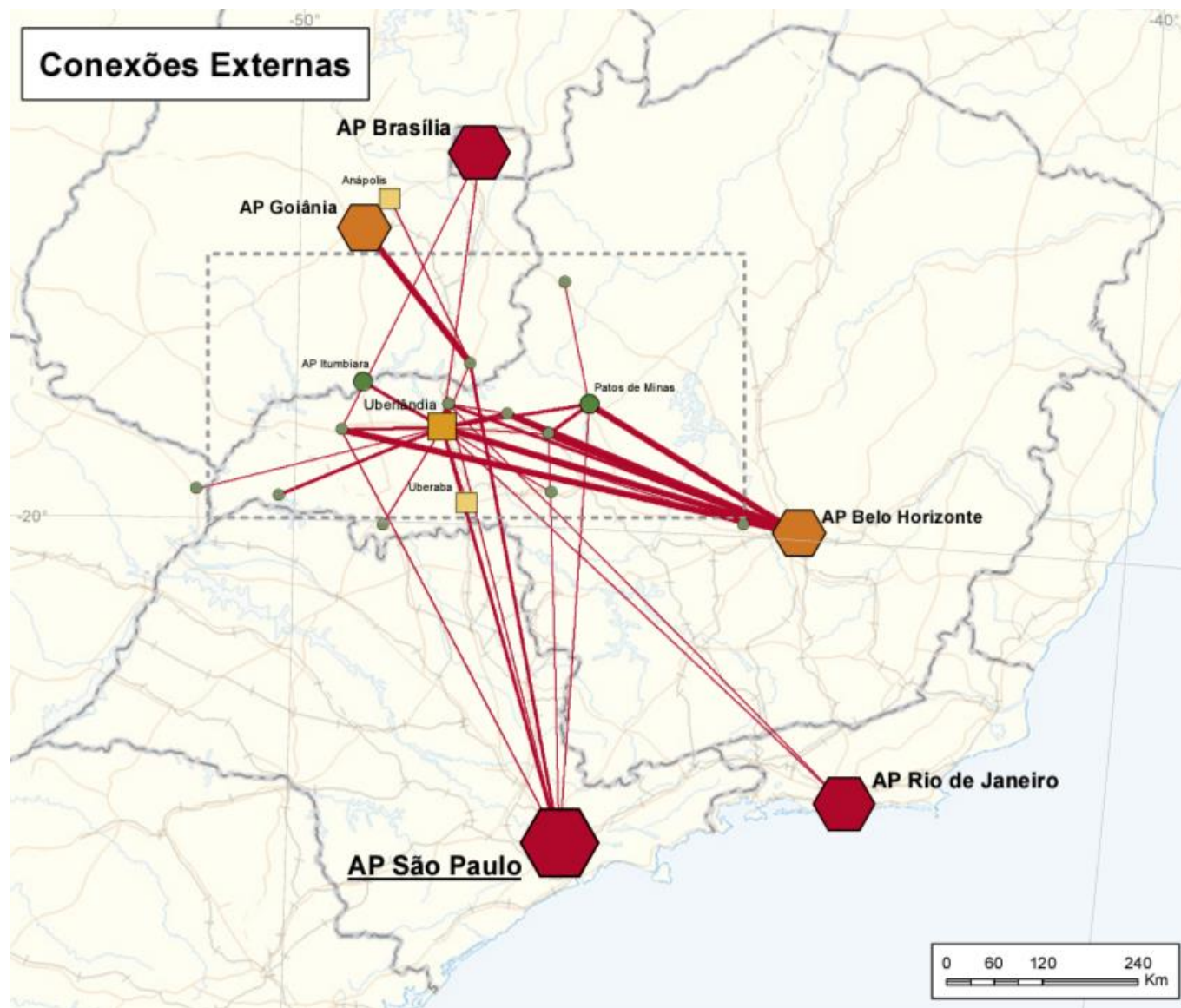
A20- **Edificações tombadas** apresentam **carência** em sua **manutenção**, além da **descaracterização** de **edificações históricas**.

A21- Existência de **quadro técnico bastante qualificado** na **estrutura administrativa**

A22- Apesar do **caráter operacional**, isto é, “**pouco investidor**” da **administração pública**, estima-se **capacidade média futura de endividamento** para os **próximos 10 anos**, o que **aponta capacidade para novos investimentos**.

A23- **Inconsistências** provocadas pelas **inúmeras alterações pontuais** nas **leis de Zoneamento do Uso e Ocupação e de Parcelamento do Solo**, as quais **deveriam ocorrer dentro da revisão do Plano Diretor e não quando surgissem novas demandas**.







- T1- **Sem a efetiva implementação de ações, instrumentos e planejamentos de ordenamento territorial, as condições e problemas ambientais da vegetação e áreas verdes do município tendem a aumentar e piorar, uma vez que há projeções de incremento populacional e, por conseguinte, menos áreas aptas à ocupação propiciando novas ocupações irregulares.**
- T2- Um Sistema de Informações Geográficas (SIG) **efetivo funciona à medida que sejam realizadas constantes atualizações, com visitas *in loco*, monitoramento e fiscalizações, com atuações integradas das diversas secretarias municipais. No caso das APPs de Uberlândia tal efetividade não tem sido alcançada pela dinâmica de crescimento urbano, pelo pouco controle preventivo e/ou remediativo, o que tende para que as áreas de APPs em processo de degradação continuem existindo ou aumentando, com novos focos de ocupações irregulares e crescimento de áreas de plantios e pastagens avançando sobre elas.**
- T3- **Apesar dos esforços do poder público e de parcerias técnicas com o Serviço Geológico do Brasil, sobre o solo rico em micaxisto a tendência é a de que, por similaridade com demais estudos e potencialidades municipais, não se avance em termos práticos e saiam os projetos do papel, uma vez que se necessitam planejamentos estratégicos e ações efetivas para se alcançar o objetivo desejado.**

- T4- Caso não sejam efetivadas ações e políticas públicas específicas a tendência será a expansão do uso intensivo agrícola do solo rural em áreas de campos hidromórficos e também de pastagens, em detrimento de áreas de vegetação natural, como já vem ocorrendo.
- T5- Sem um robusto SIG, implementação de políticas públicas, instrumentos do Estatuto da Cidade que compõe o PDM e do próprio zoneamento atualizado e condizente com a realidade projetada para um horizonte de 10 anos de crescimento, o município continuará tendo dificuldades em gerenciar efetivamente o ordenamento territorial e a ocupação planejada dos vazios urbanos da sede.
- T6- Sem um adequado ordenamento territorial, atualização da lei de perímetro urbano e parcelamento do solo, com indicação e aplicação das penalidades legais, a tendência será o crescimento de novos loteamentos em locais inadequados e avançando sobre a zona de amortecimento de UC (setor leste).
- T7- A elevada vulnerabilidade social de segmentos relevantes da população atrelada a insuficiência de políticas assistenciais efetivas, empregabilidade e morosidade nas questões fundiárias, levam à informalidade e busca por habitabilidade às margens da lei, gerando invasão de áreas públicas e terras rurais, fora do perímetro urbano constituído legalmente, cuja tendência é aumentar ainda mais, visto o crescimento populacional projetado.

- T8- Tendo em vista a insuficiência municipal no controle fundiário para o surgimento de novos loteamentos clandestinos, o município acaba adotando medidas emergenciais e pontuais para resolver problemas urgentes de forma isolada e muitas vezes sem efetividade à longo prazo, a tendência é o agravamento da situação da demanda por abastecimento público de água, por essa população flutuante (área rural).
- T9- Caso não seja minimizada a geração de resíduos e conseqüentemente de efluentes do Aterro Sanitário a tendência é o comprometimento da capacidade da ETE Uberabinha e a redução de sua vida útil ao longo dos anos, somada ao crescimento esperado da população.
- T10- Tendência de crescimento nos problemas de drenagem urbana, que levam também ao aumento de problemas de alagamentos, os quais já se fazem presentes, considerando a previsão de crescimento populacional, a insuficiência na implementação futura da infraestrutura de drenagem e a crescente impermeabilização do solo, além de novas intervenções nos cursos naturais dos rios urbanos, que acabam ocorrendo de forma ilegal e sem o devido licenciamento ambiental.
- T11- Apesar do município possuir Programa de Coleta Seletiva e Políticas de Educação Ambiental, a população ainda não se conscientizou sobre a importância da separação dos recicláveis e do adequado uso dos PEVs, tendendo à piora na utilização destes com descartes inadequados.
- T12- Tendo em vista a finalização já prevista das obras do anel viário nos próximos anos a tendência é a minimização do conflito de tráfego pesado de caminhões na área urbana. Já para os altos índices de acidentes e insuficiência de vagas de estacionamento na cidade a tendência é a piora da situação uma vez que se faz crescente a frota de veículos no município.
- T13- O transporte público é estruturado por corredores de transporte do tipo BRT (com canaleta exclusiva) e verifica-se eficiência no sistema, cuja tendência é a continuidade do sistema existente, assim como dos problemas físicos dos pontos de ônibus (padronização e cobertura).
- T14- Tendência de manutenção ou piora na insuficiência da cobertura da rede cicloviária, com desconexão entre rotas e escassez de infraestrutura.
- T15- O adequado atendimento dos equipamentos urbanos de ensino, educação, saúde, assistência social, esporte, cultura e lazer, tenderão a continuar com ampla cobertura e eficiência. Porém para as porções mais periféricas da cidade e alguns distritos a tendência é a saturação gradativa de suas capacidades.

- T16- **Tendência de incremento populacional com projeção de elevadas taxas de crescimento** ao longo dos próximos anos.
- T17- A **tendência** é a de que Uberlândia **continue se destacando no cenário econômico regional e na empregabilidade formal.**
- T18- **Tendência de crescimento no cenário imobiliário** (empreendimentos verticais), **acompanhando o panorama nacional e o aquecimento da construção civil.**
- T19- Caso a **administração pública não promova a regulamentação e fiscalização dos atrativos naturais e entorno dos reservatórios**, assim como, **efetive parcerias público-privadas** que resultem em **ações de estruturação** desse **atrativos** (reservatório, cachoeiras e corredeiras) a **tendência** será o **aumento de usos inadequados e ações clandestinas.**
- T20- A **descaracterização dos imóveis tombados** no município **acarretará na perda do valor patrimonial, histórico e arquitetônico**, com a conseqüente **perda da identidade história local.**

- T21- **Tendência de manutenção** ou mesmo **incremento** na **qualificação do quadro técnico**, somado aos **aperfeiçoamentos e uso de tecnologia** na prestação dos **serviços**, já realizados atualmente.
- T22- Conforme apontam as **estimativas de capacidade de endividamento** para os **próximos 10 anos**, através da **análise do cenário atual**, a **tendência** é da **administração pública continuar tendo capacidade** para **novos investimentos**.
- T23- Caso o município **continuasse sem a realização** do **processo adequado de revisão do PDM e elaboração de todas suas etapas e pactuação com a sociedade** em geral (a qual deve **ocorrer a cada 10 anos**, de acordo com o Estatuto da Cidade), a **tendência** seria a **continuidade** da **necessidade de alterações pontuais nas legislações urbanísticas**, a fim de **resolver problemas** existentes e **não questões planejadas** para os próximos anos, **considerando cenários de crescimento**.

## ESTUDO DE SATURAÇÃO DO ZONEAMENTO VIGENTE - CENÁRIOS CONSIDERANDO SOMENTE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR

ZONA	CA	LOTE MÍN (m²)	Nº LOTES MENORES QUE 5.000 m²	Nº LOTES ENTRE 5.000 E 10.000 m²	Alternativa 1		Alternativa 2		-0,37	-0,17	Nº LOTES	CENÁRIO 1		CENÁRIO 2	
					HAB/LOTE VAZIO 1 DOM/LOTE	HAB/LOTE VAZIO 1 DOM/CA	HAB/LOTE VAZIO 1 DOM/LOTE	HAB/LOTE VAZIO 1 DOM/CA				HAB/LOTE VAZIO 1 DOM/LOTE	HAB/LOTE VAZIO 1 DOM/CA		
ZC1	4,50	250	58	3	162	247	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0	0		
ZC2	3,50	250	537	2	1.428	1.964	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0	0		
ZCF	1,50	250	34		90	97	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0	0		
ZEIS II	2,50	200	6		16	19	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0	0		
ZEIS III	2,50	200	6.123	18	16.274	19.935	201.492,93	34.225,00	44.720,05	28.173,63	195.645,88	1.119	2.966	3.633	
ZEIS IV	2,50	200			0	0	0,00	688.056,57	433.475,64	0,00	2.167	5.744	7.036		
ZM	3,00	360	2.292	13	6.108	7.941	50.711,72	0,00	65.886,42	41.508,44	42.090,73	232	615	800	
ZR1	1,20	360	2.572	9	6.840	7.045	29.168,92	121.465,30	0,00	0,00	125.026,40	347	920	948	
ZR2	3,00	250	20.885	195	55.862	72.621	890.873,88	641.992,90	24.826.062,03	15.640.419,08	1.272.279,43	67.651	179.275	233.057	
ZR3	3,00	360	1.441	17	3.864	5.023	67.013,32	77.329,30	3.529.773,45	2.223.757,27	119.804,38	6.510	17.251	22.427	
ZRPA	0,20	5000	82	190	721	634	338.457,70	0,00	0,00	0,00	280.919,89	56	149	131	
ZT	2,75	250	3.489	19	9.296	11.736	216.301,63	401.065,10	4.713.864,88	2.969.734,88	512.414,39	13.929	36.911	46.600	
<b>TOTAIS</b>			<b>37.519</b>	<b>466</b>	<b>100.660</b>	<b>127.262</b>						<b>92.011</b>	<b>243.830</b>	<b>314.631</b>	

TOTAIS	
Alternativa 1	344.491
Alternativa 2	441.893

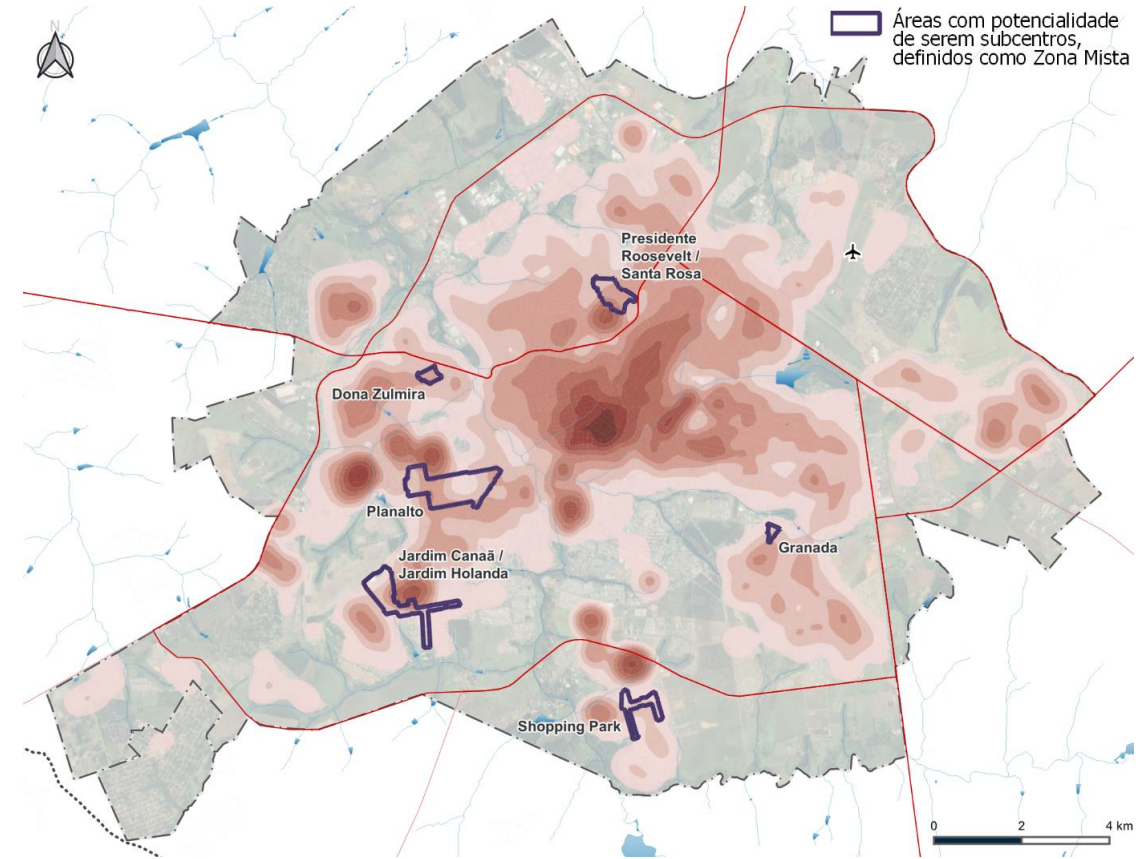
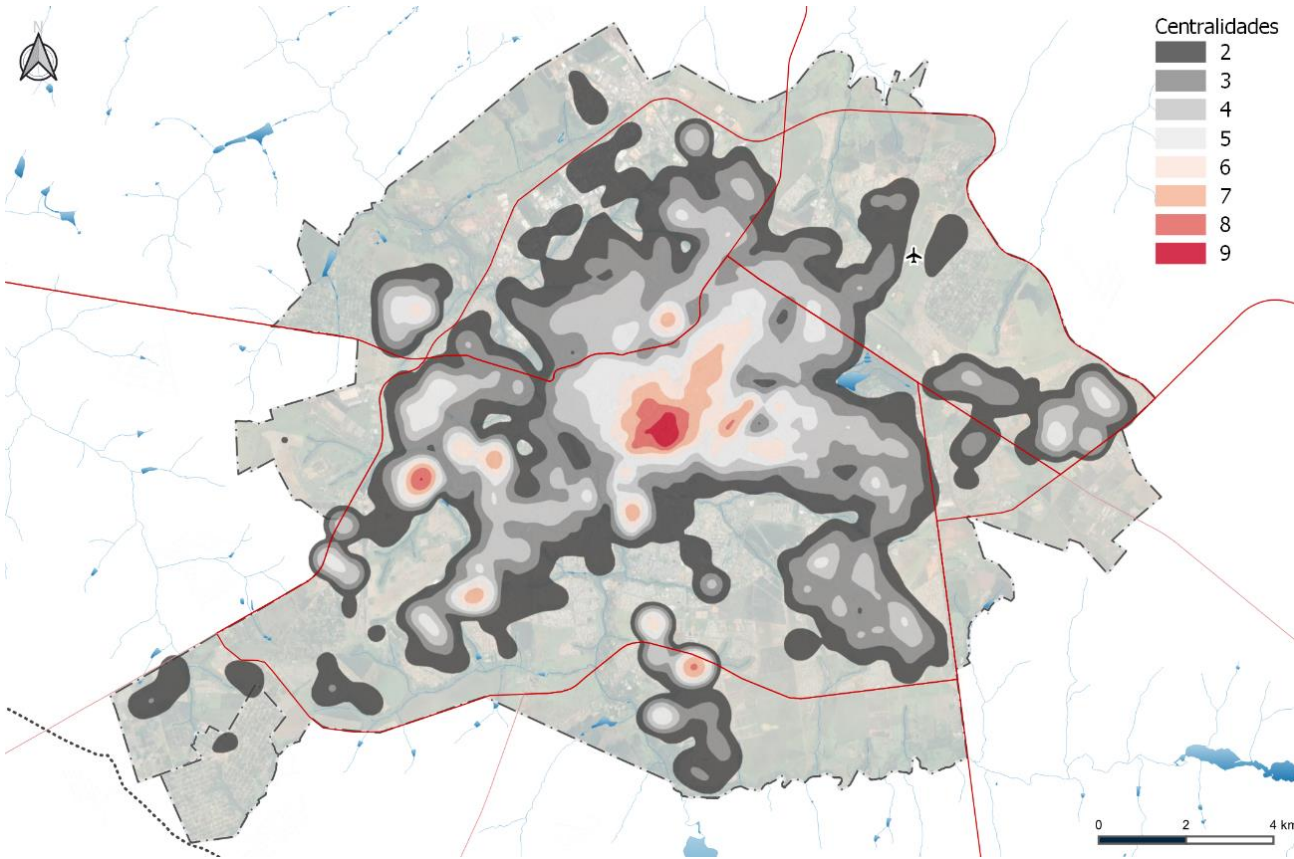
lotes vazios

novos lotes

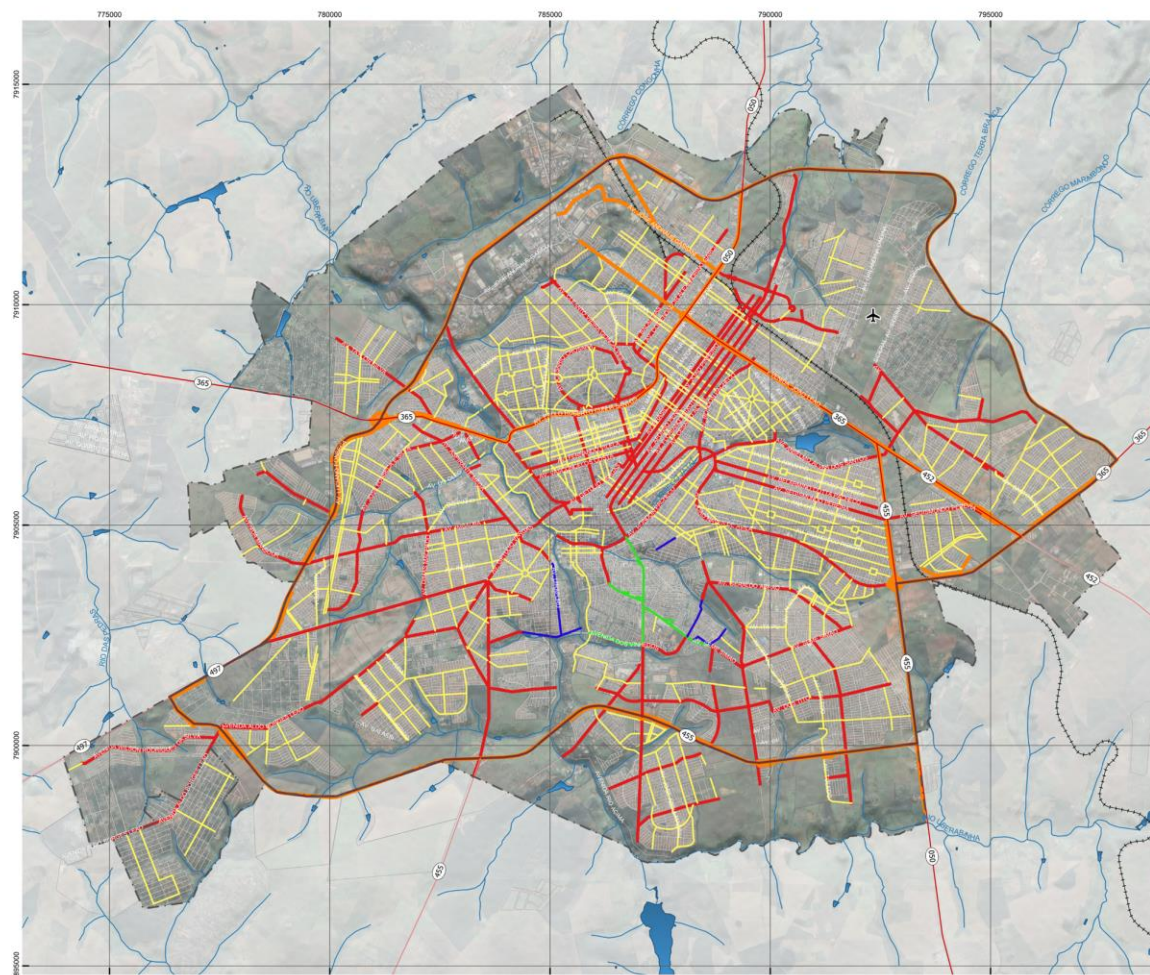
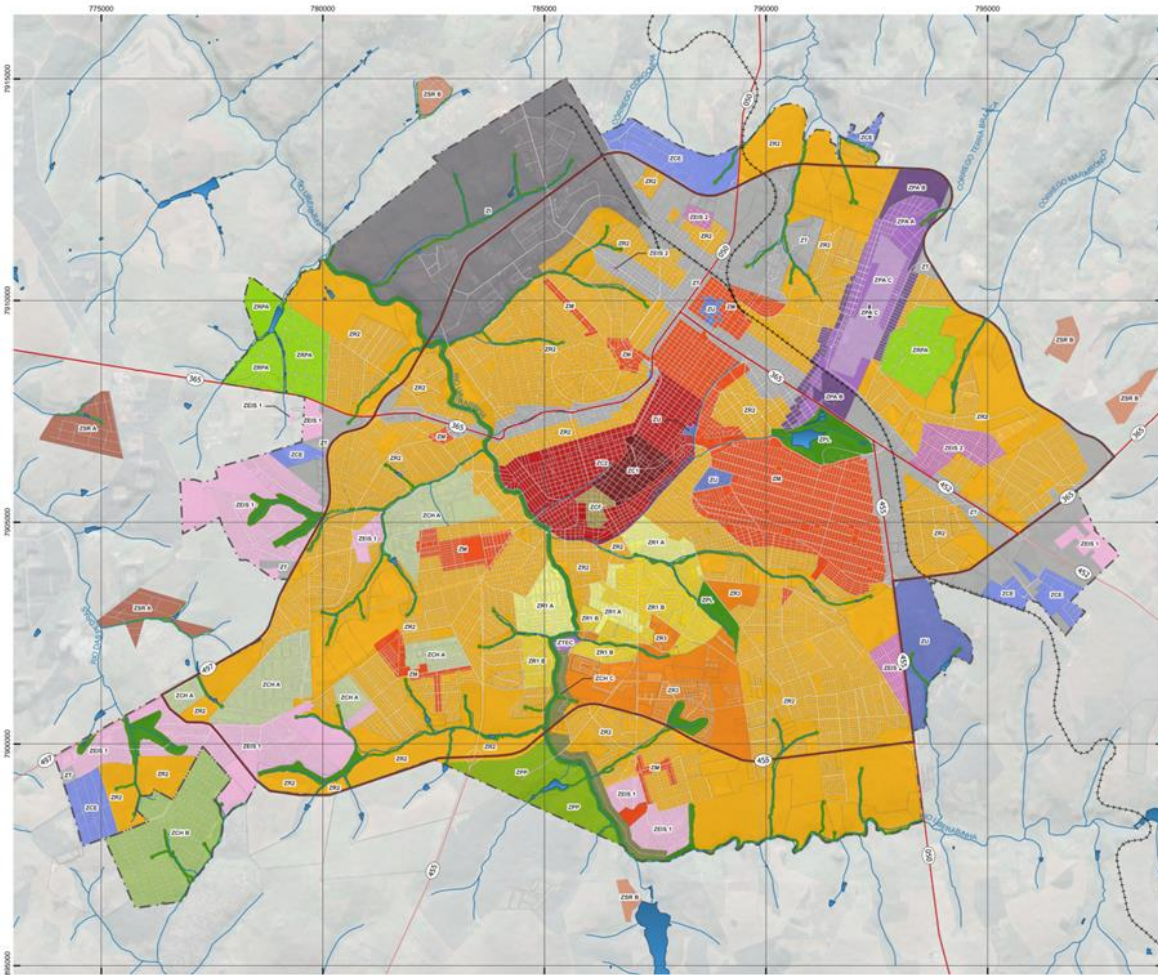
Cenário bastante conservador: 1 família por lote e/ou 1 família por CA, com 15% de verticalização

**Alternativa 1** simulada, em que apenas é considerada a população atual (**713.224** habitantes) mais o acréscimo simulado com CA 1 (**344.491** habitantes) tem-se uma população total de **1.057.715 habitantes**.

E para a **Alternativa 2** simulada, tem-se uma população total de **1.155.117 habitantes**.







sistema viário diretamente ligado ao zoneamento e uso solo

Cenário com intervenções em leis, instrumentos, programas e ações previstas nesta revisão do Plano Diretor

Nome da Zona	Descrição
Zona <b>Central 1 (ZC1)</b>	Abrange o <b>hipercentro</b> , com <b>alta densidade habitacional</b> e <b>verticalização</b> , focada em <b>usos comunitários, comerciais</b> e de <b>serviços</b> .
Zona <b>Central 2 (ZC2)</b>	Circunda a ZC1, incentivando <b>adensamento</b> e <b>verticalização</b> com <b>predomínio de comércio</b> e <b>serviços</b> em áreas urbanas adjacentes.
Zona <b>Cultural do Fundinho (ZCF)</b>	Destinada à <b>preservação</b> do <b>patrimônio histórico</b> e <b>cultural</b> , especialmente na área do Fundinho.
Zona de <b>Centros Empresariais (ZCE)</b>	Área destinada a <b>atividades empresariais</b> , proibindo o uso habitacional.
Zona de <b>Chácaras A (ZCH/A)</b>	Loteamentos de <b>baixa densidade</b> e <b>infraestrutura precária</b> , permitindo <b>apenas usos residenciais</b> e <b>algumas atividades de apoio local</b> .
Zona de <b>Chácaras B (ZCH/B)</b>	Semelhante à ZCH/A, mas com <b>lotes menores</b> e <b>possibilidade de habitação multifamiliar horizontal</b> mediante <b>reloteamento</b> .
Zona de <b>Chácaras C (ZCH/C)</b>	Para <b>atividades de apoio ao uso residencial</b> , <b>compatível</b> com a <b>Zona Residencial 1</b> , com <b>lotes maiores</b> e <b>possibilidade de habitação multifamiliar horizontal</b> .
Zona de <b>Distritos (ZD)</b>	Abrange <b>áreas urbanas dos distritos</b> de <b>Cruzeiro dos Peixotos, Martinésia, Miraporanga</b> e <b>Tapuirama</b> , permitindo <b>ocupação controlada</b> .
Zona de <b>Preservação e Lazer (ZPL)</b>	Inclui <b>fundos de vale, praças</b> e <b>parques</b> , visando <b>preservação ambiental</b> e <b>proteção do patrimônio natural</b> .
Zona de <b>Preservação Parcial (ZPP)</b>	Com <b>ocupação controlada</b> e <b>baixa densidade</b> , busca <b>preservar características ambientais</b> .
Zona de <b>Proteção ao Aeroporto A (ZPA A)</b>	Delimita <b>áreas de segurança ao redor do aeroporto</b> , com <b>restrições</b> quanto ao <b>uso e gabarito das edificações</b> .
Zona de <b>Proteção ao Aeroporto B (ZPA B)</b>	Área de <b>segurança ao redor do aeroporto</b> , com <b>restrições</b> quanto ao <b>uso e altura das edificações</b> .
Zona de <b>Proteção ao Aeroporto C (ZPA C)</b>	Zona para <b>segurança e proteção do aeroporto</b> com <b>controle de uso e altura de construções</b> .

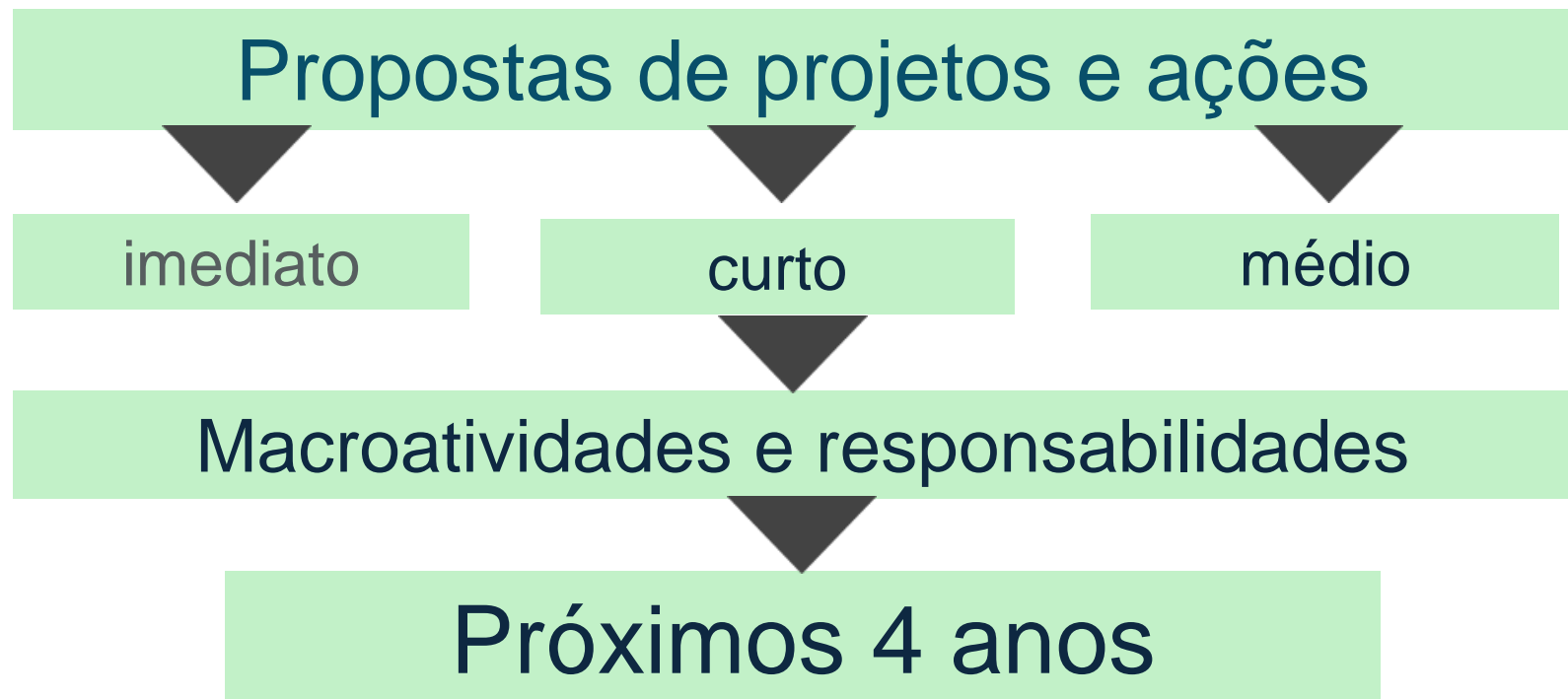
Nome da Zona	Descrição
Zona de Sítios de Recreio A (ZSR A)	Áreas destinadas a <b>ocupação de baixa densidade, promovendo lazer e preservação ambiental, sem verticalização.</b>
Zona de Sítios de Recreio B (ZSR B)	Similar à ZSR A, mas com <b>lotes menores e permissões para usos compatíveis com o lazer.</b>
Zona de Transição (ZT)	Faz a <b>transição entre áreas de diferentes características, regulando densidade e tipologia construtiva.</b>
Zona Especial de Interesse Social I (ZEIS I)	Áreas para <b>habitação de interesse social, com permissões específicas para construção de habitações populares.</b>
Zona Especial de Interesse Social II (ZEIS II)	Destinada à <b>habitação de interesse social em áreas com infraestrutura básica, promovendo ocupação para população de baixa renda.</b>
Zona Industrial (ZI)	Para <b>distritos industriais e polos empresariais, acomodando usos de médio e grande porte.</b>
Zona Mista (ZM)	Abrange <b>regiões ao redor das vias principais e subcentros regionais, permitindo adensamento e usos residenciais e comerciais de pequeno porte.</b>
Zona Residencial 1A (ZR1 A)	Zonas <b>residenciais de baixa densidade, com predomínio de habitação unifamiliar e algumas atividades comerciais de pequeno porte.</b>
Zona Residencial 1B (ZR1 B)	Semelhante à ZR1 A, com <b>baixa densidade e uso predominantemente residencial.</b>
Zona Residencial 2 (ZR2)	Focada em uso <b>residencial de densidade média, com permissão para atividades comerciais e de serviços de pequeno e médio porte.</b>
Zona Residencial 3 (ZR3)	Destinada a <b>uso residencial de alta densidade, permitindo mistura com comércio e serviços.</b>
Zona Residencial de Proteção Ambiental (ZRPA)	Zona de <b>baixa densidade, exclusiva para habitação e com foco na proteção ambiental.</b>
Zona Tecnológica (ZTEC)	Localizada no <b>Polo Tecnológico, para atividades econômicas e de inovação tecnológica.</b>

Nome da Zona	Descrição
Zona <b>Universitária</b> (ZU)	Abrange os <b>campi</b> da <b>Universidade Federal de Uberlândia</b> , promovendo <b>usos educacionais e de suporte</b> .
Setor de <b>Vias Principais</b> (SVP)	Ordena o <b>desenvolvimento</b> ao longo das <b>vias de maior importância</b> no sistema <b>viário</b> , garantindo <b>circulação eficiente</b> e <b>acesso</b> a <b>atividades econômicas e comerciais</b> .
Setor de <b>Vias Secundárias</b> (SVS)	Estrutura as <b>vias</b> que servem de <b>suporte ao tráfego</b> das <b>vias principais</b> , <b>conectando áreas residenciais</b> a <b>subcentros</b> .
Setor de <b>Vias Marginais</b> (SVM)	<b>Regula a ocupação</b> nas <b>vias marginais</b> , <b>controlando usos e densidades</b> de modo a <b>minimizar interferências</b> no <b>tráfego</b> .
Setor de <b>Vias Especiais I</b> (SVE I)	Projetado para <b>corredores de transporte</b> e <b>vias com grande fluxo de pedestres</b> , com <b>normas para acessibilidade e segurança</b> .
Setor de <b>Vias Especiais II</b> (SVE II)	Área para <b>vias com características especiais</b> , com <b>ocupação regulada</b> para <b>controle de tráfego e segurança</b> .
Zona de <b>Urbanização Específica 1</b> (ZUE 1)	Inclui o <b>Complexo Turístico Interlagos</b> , voltado ao <b>desenvolvimento turístico</b> e de <b>lazer</b> com <b>foco na preservação ambiental e cultural</b> .
Zona de <b>Urbanização Específica 2</b> (ZUE 2)	Localizada na <b>Vila Marielza</b> , voltada ao <b>desenvolvimento habitacional</b> e ao <b>apoio de atividades comunitárias</b> .
Zona de <b>Urbanização Específica 3</b> (ZUE 3)	Área para <b>novos empreendimentos habitacionais</b> de <b>médio porte</b> , com <b>diretrizes para expansão controlada</b> da cidade.
Zona de <b>Urbanização Específica 4</b> (ZUE 4)	Abrange <b>áreas em desenvolvimento</b> para <b>equipamentos urbanos de grande porte</b> , como <b>saúde, educação e lazer</b> , com <b>integração à infraestrutura existente</b> .

Definição das **ações e investimentos prioritários** para a implementação do **Plano Diretor Municipal**, considerando as atividades das fases anteriores

## TEMAS – Lei do Plano Diretor

	Nº de ações	Nº de ações Detalhadas
<b>DESENVOLVIMENTO REGIONAL INTEGRADO</b>	7	1
<b>CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE</b> - Das Áreas de Preservação das Nascentes, Córregos e Rios ] Das áreas de conservação e preservação da biodiversidade ] Do Sistema de Áreas Verdes Urbanas ] Da Educação Ambiental	50	6
<b>DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E INTEGRADO</b>	16	1
<b>DO PARCELAMENTO E USO E OCUPAÇÃO DO SOLO</b>	10	2
<b>DA POLÍTICA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE URBANA</b> - Do Sistema de Transporte Urbano Integrado ] Do Sistema de Logística e Transporte de Carga ] Do Sistema de Circulação do Pedestre, Cicloviário, Calçadas e Espaços de Fruição Urbana ] Da Política de Acessibilidade ] Do Desenvolvimento Orientado ao Transporte Sustentável – DOTS	80	7
<b>DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO</b> - Do Sistema de Abastecimento de Água ] Do Sistema de Esgotamento Sanitário ] Do Sistema de Drenagem e Manejo das Águas Pluviais Urbanas ] Do Sistemas dos Resíduos Sólidos e da Limpeza Urbana	28	5
<b>DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURÍSTICO, CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO</b> - Da Agricultura Urbana ] Dos Distritos Industriais e Empresariais ] Da Ciência, Tecnologia e Geração de Emprego ] Do Setor Turístico	46	5
<b>DAS POLÍTICAS SOCIAIS PÚBLICAS</b> - Da Política Municipal de Educação ] Da Política Municipal de Saúde ] Da Política Municipal de Defesa Social ] Da Política Municipal de Cultura e dos Instrumentos de Proteção Cultural ] Da Política Municipal de Esporte e Lazer ] Da Política Municipal de Assistência Social ] Da Política Municipal de Habitação de Interesse Social ] Da Política Municipal de Paisagem e Sistema dos Espaços Livres ] Da Política Municipal de Prevenção de Desastres e Mudanças Climáticas, Proteção e Defesa Civil ] Da Política Municipal de Regularização Urbanística e Fundiária ] Da Política Municipal de Abastecimento e Segurança Alimentar ] Dos Direitos para Mulheres, Idosos, Pessoa com Deficiência, População LGBTQIAPN+ e Imigrantes.	105	16
<b>TOTAL DE AÇÕES DEFINIDAS e INCORPORADAS NA LEI DO PLANO DIRETOR</b>	<b>342</b>	<b>43</b>







ESTIMATIVA DE CUSTOS PARA OS **PRÓXIMOS 4 ANOS**

# Da Política de Acessibilidade

## AÇÃO: ELABORAR UM PLANO MUNICIPAL PARA CALÇADAS QUE INCLUA DIRETRIZES ESPECÍFICAS PARA DIFERENTES ÁREAS E SETORES DA CIDADE

### ENQUADRAMENTO E DESCRIÇÃO

Mobilidade e Acessibilidade Urbana	Desenvolver um plano municipal abrangente para calçadas, com diretrizes específicas adaptadas às diferentes áreas e setores da cidade, visando acessibilidade, segurança e integração ao ambiente urbano.
Principais ODS:	   
Metas ODS:	<p>Meta 3.6: Reduzir o número de mortes e ferimentos por acidentes de trânsito, proporcionando calçadas seguras e bem projetadas que promovem a circulação de pedestres, reduzindo a necessidade de andar em vias compartilhadas com veículos.</p> <p>Meta 9.1: Desenvolver infraestruturas sustentáveis, resilientes e inclusivas, promovendo a acessibilidade e garantindo que todas as áreas da cidade, de zonas centrais a periferias, contem com calçadas adequadas e bem planejadas.</p> <p>Meta 10.2: Promover a inclusão social, econômica e política de todos, especialmente com diretrizes de acessibilidade nas calçadas para pessoas com mobilidade reduzida, idosos, crianças e outros grupos vulneráveis.</p> <p>Meta 11.2: Assegurar que todos tenham acesso a sistemas de transporte seguro, acessível e sustentável, incluindo calçadas que facilitem a mobilidade ativa e interliguem diferentes tipos de transporte público.</p> <p>Meta 11.7: Proporcionar acesso universal a espaços públicos seguros e inclusivos, incluindo calçadas adequadas que incentivem o deslocamento a pé e tornem a cidade mais acessível para todos.</p> <p>Meta 13.2: Integrar políticas para mitigar os efeitos das mudanças climáticas, promovendo calçadas arborizadas que reduzam a temperatura urbana e incentivem o uso de transportes ativos, diminuindo a dependência de veículos motorizados.</p>

### OBJETIVO

Elaborar um plano municipal para calçadas com diretrizes específicas para diferentes áreas e setores da cidade tem como objetivo padronizar e melhorar a infraestrutura de mobilidade para pedestres. O plano deve garantir acessibilidade, segurança e conforto, promovendo calçadas adequadas em áreas residenciais, comerciais e de lazer, de acordo com as necessidades locais. A iniciativa visa tornar os espaços públicos mais inclusivos, estimulando o deslocamento a pé e contribuindo para a mobilidade sustentável e a qualidade de vida na cidade.


MACROAÇÕES PROPOSTAS	PRINCIPAIS ENVOLVIDOS (Líderes)	RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE RESULTADOS
1. Estruturação do Plano Municipal de Calçadas	Secretaria de Planejamento Urbano	Documento consolidado que organize as diretrizes e cronograma de forma clara, com definição de metas a serem alcançadas.	Acompanhamento e aprovação do plano pelas autoridades municipais
2. Monitoramento e Avaliação Contínua	Secretaria de Planejamento Urbano	Acompanhamento contínuo da implementação do plano e realização de ajustes necessários com base nos resultados obtidos.	Frequência de monitoramento das ações previstas no plano
<b>VALOR estimado do Programa/Projeto</b>		<b>Observação</b>	
R\$ 528.652,80		Considerou-se a contratação de 2 profissionais por 12 meses e a participação da equipe própria da Prefeitura.	
<b>PRAZO:</b>		imediato	



# Do Desenvolvimento Integrado ao Transporte Sustentável – DOTS

**AÇÃO: CRIAR POLÍTICAS DE INCENTIVO PARA A CONSOLIDAÇÃO DE SUBCENTROS URBANOS E EIXOS DE ESTRUTURAÇÃO QUE CONECTEM ESSES SUBCENTROS AO CENTRO PRINCIPAL DA CIDADE**

## ENQUADRAMENTO E DESCRIÇÃO

Mobilidade e Acessibilidade Urbana	Criar políticas de incentivo que promovam a consolidação de subcentros urbanos e eixos de estruturação, conectando esses subcentros ao centro principal da cidade, visando descentralizar atividades e melhorar a acessibilidade urbana.
Principais ODS:	
Metas ODS:	<p>Meta 8.3: Promover políticas de desenvolvimento que incentivem atividades produtivas e a criação de empregos decentes, o que pode ser facilitado pela consolidação de subcentros urbanos que estimulam o comércio local e a geração de emprego.</p> <p>Meta 9.1: Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo a criação de eixos de estruturação que conectem os subcentros ao centro da cidade, facilitando a circulação de pessoas e mercadorias.</p> <p>Meta 11.1: Garantir o acesso universal a habitação segura e a serviços básicos, promovendo o desenvolvimento de subcentros urbanos que ofereçam infraestrutura e serviços adequados, diminuindo a pressão sobre o centro da cidade.</p> <p>Meta 17.16: Aumentar a colaboração entre diferentes partes interessadas, como o setor público, privado e a sociedade civil, para implementar políticas que promovam a consolidação de subcentros urbanos.</p>




## OBJETIVO

Criar políticas de incentivo para a consolidação de subcentros urbanos e eixos de estruturação visa promover o desenvolvimento equilibrado da cidade, conectando esses subcentros ao centro principal. A iniciativa busca descentralizar atividades, estimular a economia local, melhorar a mobilidade por meio de eixos de transporte, promover a qualidade de vida e fomentar a participação comunitária. As políticas devem incluir incentivos fiscais, investimentos em infraestrutura e projetos que fortaleçam a identidade e a funcionalidade dos subcentros.

MACROAÇÕES PROPOSTAS	PRINCIPAIS ENVOLVIDOS (Líderes)	RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE RESULTADOS
1. Desenvolvimento de Políticas de Incentivo	Secretaria de Planejamento Urbano ou Instituto de Planejamento (a ser criado)	Atração de investimentos e negócios para subcentros urbanos, promovendo sua consolidação.	Número de políticas de incentivo criadas
2. Planejamento e Estruturação dos Eixos de Conexão	Secretaria de Planejamento Urbano ou Instituto de Planejamento (a ser criado)	Criação de uma rede de transporte que facilite o deslocamento entre subcentros e o centro principal, aumentando a mobilidade urbana.	Número de novos eixos de transporte
3. Implementação de Projetos	Secretaria de Planejamento Urbano ou Instituto de Planejamento (a ser criado)	Criação de espaços urbanos mais atrativos e funcionais nos subcentros, estimulando a vida comunitária e o comércio local.	Número de projetos de revitalização urbana implementados em subcentros
<b>VALOR estimado do Programa/Projeto</b>	<b>Observação</b>		
-	Equipe Própria		
<b>PRAZO:</b>	curto		

**ACÇÃO: ELABORAR O PLANO DIRETOR DE DRENAGEM URBANA COMPATIBILIZANDO AS PROPOSIÇÕES INTEGRANTES DO PLANO DIRETOR URBANO, PLANO MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS; PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E SISTEMA DE GESTÃO URBANA**

**ENQUADRAMENTO E DESCRIÇÃO**

Saneamento Básico	Elaborar um plano diretor de drenagem urbana que esteja integrado às diretrizes do plano diretor urbano, ao plano municipal de resíduos sólidos, ao plano municipal de saneamento básico e ao sistema de gestão urbana, visando uma abordagem holística para a gestão das águas pluviais e a mitigação de problemas relacionados à drenagem na cidade.
Principais ODS:	  
Metas ODS:	<p>Meta 6.3: Melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição e o escoamento de águas residuais, o que pode ser facilitado por um sistema de drenagem urbana bem planeado que integre a gestão de águas pluviais e de esgoto.</p> <p>Meta 11.3: Aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, com a participação ativa da comunidade, o que pode ser facilitado por um plano diretor de drenagem urbana que leve em conta as necessidades e a resiliência das comunidades.</p> <p>Meta 13.1: Melhorar a educação, a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre a mitigação das mudanças climáticas. A drenagem urbana deve incluir estratégias para lidar com os efeitos das mudanças climáticas, como aumento de chuvas intensas e inundação.</p>

**OBJETIVO**

Promover a elaboração do Plano de Drenagem Urbana contemplando o manejo de águas pluviais e drenagem urbana, criando os mecanismos de gestão da infraestrutura urbana relacionando com a dinâmica do escoamento das águas pluviais com os rios e córregos na área urbana. Reduzir os impactos com o aumento do escoamento pluvial, devido às mudanças climáticas, evitando perdas econômicas com a melhora das condições de saúde e do meio ambiente da cidade

MACROAÇÕES PROPOSTAS	PRINCIPAIS ENVOLVIDOS (Líderes)	RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE RESULTADOS
1. Elaborar o Plano Diretor de Drenagem Urbana	Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade DMAE	Redução dos impactos das inundações e dos processos erosivos, controle dos escoamentos superficiais, o meio ambiente do município e criar as condições para uma gestão sustentável da drenagem urbana	Plano elaborado e aprovado
2. Controlar a drenagem urbana através de medidas não estruturais de controle de uso do solo	Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade DMAE	normativos com orientações e recomendações na fase de planejamento dos loteamentos e dos empreendimentos promovendo o Parcelamento do Solo com vistas à Drenagem Urbana	Aumento do Valor de ICMS ecológico
3.Promover o Controle na Fonte e Lançamento no Sistema Público de Drenagem	Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade DMAE	Redução dos impactos das mudanças climáticas	Número de intervenções realizadas/previstas (%)
4.Elaborar estudos, otimizar e propor medidas estruturais de Controle de Cheias	Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade DMAE	Melhoria do controle de cheias	Número de medidas estruturais executadas / previstas (%)
5.Elaborar o <u>modelagem</u> do Sistema de Drenagem Fluvial, Macrodrenagem, Tratamento de Fundo de Vale	Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade DMAE	Mitigação de Inundações, recomendações gerais para estudos de alternativas de intervenção nos fundos de vale e para controle de vazões.	Extensão de sistema de drenagem fluvial avaliados (km)
6. Avaliar a Capacidade do Sistema de Drenagem Atual	Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade DMAE	Caracterização e modelagem matemática do sistema de macro e micro drenagem, permitindo avaliar a funcionalidade e mapear as áreas de risco de inundação	Extensão de galerias/canais avaliados (km)
7.Elaborar o monitoramento Hidrológico e Gestão de Risco Avaliar a Capacidade do Sistema de Drenagem Atual: e Desastres:	DMAE DEFESA CIVIL	Informações do Sistema de Monitoramento Hidrológico do Município, que permitam consolidar as ações de proteção e defesa coordenadas pela Defesa <u>Civil</u> do Município	Extensão de galerias/canais avaliados (km)
8.Realizar Capacitação Continuada	DMAE	Melhorar o conhecimento dos responsáveis pela gestão do sistema de drenagem	Número de técnicos capacitados /ano
<b>VALOR estimado do Programa/Projeto</b>		<b>Observação</b>	
R\$ 3.360.000,00		1.Cadastro técnico da rede de galerias R\$ 10.000/km2. Área urbana é de 200 km2, então fica R\$ 2 milhão. PDDr R\$ 2/hab sendo a pop urbana de 680 mil, fica R\$ 1.360.000,00. Somando R\$ 3.360.000,00	
<b>PRAZO:</b>		imediate	

POLÍTICA	AÇÃO PRIORITÁRIA		OBJETIVO	RESPONSÁVEIS
<b>DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL INTEGRADO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realizar um estudo para mapear a movimentação e os fluxos de veículos que circulam pelas rodovias e estradas rurais que interligam os municípios da região, a fim de obter subsídios para a modernização da malha viária regional.</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>Coletar dados detalhados para obter subsídios que orientem e justifiquem investimentos na modernização da malha viária regional, incluindo melhorias na infraestrutura, ampliação da capacidade das vias, otimização do tráfego e aumento da segurança, com foco em atender melhor às necessidades de deslocamento e transporte da população e de mercadorias.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Secretaria de Trânsito e Transportes.</li> </ul>
<b>DA CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Elaborar Plano Municipal de Adaptação e Mitigação às Mudanças Climáticas, no prazo máximo de 3 (três) anos, a contar da data de publicação desta Lei Complementar e viabilizar sua implantação.</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a gestão e a redução do risco climático frente às mudanças climáticas, orientando a sociedade, os setores produtivos e a ação municipal para lidar com efeitos destas mudanças climáticas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade.</li> </ul>
	Das Áreas de Preservação das Nascentes, Córregos e Rios	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realizar o diagnóstico e mapeamento da rede hídrica e ambiental no município a fim de direcionar programas e ações para a recuperação e preservação dos recursos naturais, em especial os mananciais de abastecimento de água.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Conservar e recuperar a qualidade ambiental e vazão dos recursos hídricos, inclusive águas subterrâneas, e das bacias hidrográficas, em especial as dos mananciais de abastecimento público e áreas de conflitos pelo uso de recursos hídricos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade.</li> </ul>
	Das áreas de conservação e preservação da biodiversidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>Elaborar e implementar Programa Municipal de Proteção à Biodiversidade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fomentar a preservação e conservação de atributos bióticos, abióticos, estéticos ou culturais importantes para a qualidade de vida da população, promovendo o desenvolvimento sustentável e com isso, garantir que esses recursos não se tornem escassos no futuro e que o meio ambiente permaneça em equilíbrio.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade.</li> </ul>
	Do Sistema de Áreas Verdes Urbanas	<ul style="list-style-type: none"> <li>Consolidar o Parque Linear do Rio Uberabinha;</li> <li>Implementar Plano de Arborização Urbana contemplando espécies adequadas, normas de plantio e critérios de acessibilidade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a continuidade da implantação do Parque Linear do Rio Uberabinha conforme projeto original;</li> <li>Definir as diretrizes de planejamento, implantação e manejo adequado da arborização urbana no município.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade.</li> </ul>
	Da Educação Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estabelecer o trabalho de campo como instrumento pedagógico com vistas ao conhecimento, valorização e proteção do Bioma Cerrado, em toda a rede municipal de ensino.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover atividades de campo com os alunos da rede municipal de ensino visando a disseminação do conhecimento, valorização e proteção do bioma Cerrado.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade;</li> <li>Secretaria de Educação.</li> </ul>
<b>DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E INTEGRADO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Criar programas de educação e treinamento para agricultores sobre como implementar e manter práticas agrícolas orgânicas, inclusive com o auxílio aos agricultores orgânicos a acessar mercados locais e regionais.</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>Capacitar agricultores em técnicas de cultivo orgânico, promovendo a sustentabilidade, facilitando o acesso a mercados locais e regionais, aumentando a rentabilidade e contribuindo para a saúde pública por meio da oferta de alimentos livres de agrotóxicos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Secretaria de Agronegócio, Economia e Inovação;</li> <li>Secretaria de Educação.</li> </ul>
<b>DO PARCELAMENTO E USO E OCUPAÇÃO DO SOLO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fomentar as atividades de prestação de serviços, comércio e indústrias não poluentes nos bairros e subcentros de bairros, visando facilitar o deslocamento de pedestres e ciclistas;</li> <li>Elaborar, no prazo de 3 (três) anos a contar da data de publicação desta Lei Complementar, o diagnóstico da situação fundiária urbana e rural do Município.</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>Incentivar a instalação e o desenvolvimento de serviços, comércio e indústrias de baixo impacto em bairros e subcentros. A proposta visa promover atividades econômicas nessas áreas para reduzir a necessidade de deslocamentos longos dos moradores para outras regiões, incentivando o uso de meios de transporte mais sustentáveis;</li> <li>Identificar e mapear as condições das propriedades e terrenos, promovendo a regularização de áreas, verificando a titularidade de terras e organizando o território para resolver questões relacionadas à posse e uso do solo. Esse estudo é fundamental para aprimorar o planejamento urbano e rural, apoiar a regularização fundiária e assegurar o uso adequado do solo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Secretaria de Planejamento Urbano.</li> </ul>
<b>DA POLÍTICA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE URBANA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Elaborar, no prazo de 3 (três) anos a contar da data de publicação desta Lei Complementar, o Plano de Mobilidade Urbana e Rural priorizando transportes não motorizados e coletivos.</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>O plano deve priorizar transportes não motorizados, como bicicletas e caminhadas, bem como sistemas de transporte coletivo, com o objetivo de reduzir a dependência de veículos motorizados, aumentar a acessibilidade, melhorar a qualidade de vida e integrar diferentes modos de transporte. A elaboração do plano deve envolver a participação da comunidade e de especialistas, garantindo que as soluções sejam viáveis, sustentáveis e atendam efetivamente às necessidades locais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Secretaria de Planejamento Urbano.</li> </ul>
	Do Sistema de Transporte Urbano Integrado	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a inclusão social no transporte urbano, mediante a adoção de soluções operacionais e de modelo tarifário, adotando a integração temporal, para acesso das famílias de baixa renda às oportunidades da cidade que requerem deslocamento motorizado.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A promoção da inclusão social no transporte urbano busca facilitar o acesso de famílias de baixa renda às oportunidades da cidade que dependem de deslocamento motorizado. Para isso, são necessárias soluções operacionais e modelos tarifários com integração temporal, visando reduzir custos e aumentar a acessibilidade para esses grupos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Secretaria de Trânsito e Transportes;</li> <li>Secretaria de Desenvolvimento Social.</li> </ul>

POLÍTICA	AÇÃO PRIORITÁRIA	OBJETIVO	RESPONSÁVEIS
	Do Sistema de Logística e Transporte de Carga	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realizar uma revisão completa do sistema viário rural municipal tem como objetivo identificar as necessidades de atualização e modernização das estradas. Esse processo envolve a avaliação das condições atuais da infraestrutura, a identificação das demandas dos usuários, e a priorização de intervenções para garantir a segurança e eficiência do transporte.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Secretaria de Trânsito e Transportes.</li> </ul>
	Do Sistema de Circulação do Pedestre, Cicloviário, Calçadas e Espaços de Fruição Urbana	<ul style="list-style-type: none"> <li>Revitalizar e expandir o programa "Ruas de Lazer" fechando temporariamente ruas ao tráfego de veículos para uso exclusivo de pedestres e ciclistas em dias específicos;</li> <li>expandir a rede de cicloviárias e ciclofaixas, conectando áreas residenciais, comerciais e de lazer para promover o uso da bicicleta como meio de transporte.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Secretaria de Trânsito e Transportes;</li> <li>Secretaria de Planejamento Urbano.</li> </ul>
	Da Política de Acessibilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>Elaborar um Plano Municipal para Calçadas que inclua diretrizes específicas para diferentes áreas e setores da cidade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Secretaria de Planejamento Urbano.</li> </ul>
	Do Desenvolvimento Orientado ao Transporte <u>Sustentável</u> – DOTS	<ul style="list-style-type: none"> <li>Criar políticas de incentivo para a consolidação de subcentros urbanos e eixos de estruturação que conectem esses subcentros ao centro principal da cidade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Secretaria de Planejamento Urbano.</li> </ul>
<b>DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO</b>	Do Sistema de Abastecimento de Água	<ul style="list-style-type: none"> <li>Elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico – temática Abastecimento de Água – e manter atualizado, através da criação de um Banco de Dados de Saneamento e de acesso público.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade.</li> </ul>
	Do Sistema de Esgotamento Sanitário	<ul style="list-style-type: none"> <li>Elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico – temática Esgotamento Sanitário – e manter atualizado, através da criação de um Banco de Dados de Saneamento e de acesso público.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade.</li> </ul>
	Do Sistema de Drenagem e Manejo das Águas Pluviais Urbanas	<ul style="list-style-type: none"> <li>Elaborar o Plano Diretor de Drenagem Urbana, compatibilizando as proposições integrantes do Plano Diretor Urbano, Plano Municipal de Resíduos Sólidos; Plano Municipal de Saneamento Básico e Sistema de Gestão Urbana;</li> <li>Elaborar o Plano de Drenagem Fluvial, considerando a Macro drenagem, Tratamento de Fundo de Vale e Mitigação de Inundações, com recomendações gerais para estudos hidrológicos/hidráulicos das bacias hidrográficas do Município, bem como dispor sobre alternativas de intervenção nos fundos de vale e para controle de vazões.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade;</li> <li>DMAE;</li> <li>Defesa Civil.</li> </ul>
	Dos Sistemas dos Resíduos Sólidos e da Limpeza Urbana	<ul style="list-style-type: none"> <li>Mapear a geração dos resíduos sólidos no Município e inserir as informações no sistema de informações geográficas, inclusive os serviços públicos de limpeza e manejo de resíduos sólidos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade.</li> </ul>
<b>O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURÍSTICO,</b>	Da Agricultura Urbana	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estimular a criação de hortas comunitárias em escolas, hospitais, creches e outros espaços públicos.</li> <li>Promover a educação ambiental e o acesso a alimentos saudáveis.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Secretaria de Agronegócio, Economia e Inovação;</li> <li>Secretaria de Educação;</li> <li>Secretaria de Obras.</li> </ul>

POLÍTICA	AÇÃO PRIORITÁRIA		OBJETIVO	RESPONSÁVEIS
CIENTIFICO E TECNOLÓGICO	Dos Distritos Industriais e Empresariais	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Aprimorar os programas de incentivos fiscais para empresas que se instalem nos distritos industriais, com critérios de sustentabilidade e geração de empregos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Aprimorar os programas de incentivos fiscais para empresas nos distritos industriais visa atrair investimentos com foco em sustentabilidade e geração de empregos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria Agronegócio, Economia e Inovação.</li> </ul>
	Da Ciência, Tecnologia e Geração de Emprego	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Implementar um programa de capacitação e qualificação profissional, em parceria com instituições de ensino e empresas, para atender às demandas do mercado de trabalho local;</li> <li>▪ Implementar um sistema de gestão inteligente da cidade, que utilize tecnologias da informação e comunicação para melhorar a eficiência dos serviços públicos e a qualidade de vida da população.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Implementar um programa de capacitação e qualificação profissional em parceria com instituições de ensino e empresas, com o objetivo de preparar trabalhadores para atender às demandas do mercado de trabalho local. O programa visa aumentar a empregabilidade, desenvolvendo habilidades específicas que facilitem a inserção no mercado.</li> <li>▪ Implementar um sistema de gestão inteligente da cidade visa utilizar tecnologias da informação e comunicação para melhorar a eficiência dos serviços públicos e a qualidade de vida da população.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;</li> <li>▪ Secretária Municipal de Agronegócio, Economia e Inovação;</li> <li>▪ Secretaria de Gestão Estratégica.</li> </ul>
	Do Setor Turístico	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Elaborar o Plano Municipal de Turismo, aproveitando o potencial paisagístico oferecido pelas represas, o potencial do agroturismo, das tradições rurais de Uberlândia, além do patrimônio histórico, cultural e arqueológico que o município possui.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ O plano busca valorizar o potencial paisagístico das represas, incentivando o ecoturismo e atividades recreativas. Além disso, pretende fortalecer o agroturismo e as tradições rurais, integrando a produção agrícola local ao turismo. Outro foco é a preservação e promoção do patrimônio histórico, cultural e arqueológico da cidade, atraindo visitantes e impulsionando a economia local de forma equilibrada e sustentável.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria de Cultura e Turismo</li> </ul>
DAS POLÍTICAS SOCIAIS PÚBLICAS	Da Política Municipal de Educação	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Realizar estudos para a construção, reforma e ampliação da rede física em conformidade com os padrões da legislação específica e das necessidades de demanda, garantindo a acessibilidade e o desenvolvimento de atividades pedagógicas fundamentais à aprendizagem</li> <li>▪ Desenvolver um Programa Parcerias Comunitárias para trabalhar em estreita colaboração com as partes interessadas da comunidade escolar, a comunidade e entidades organizadas da sociedade civil, criando processos que capacitam as comunidades a melhorarem as oportunidades educacionais em seus bairros.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Melhorar a infraestrutura dos equipamentos de educação, assegurando acessibilidade e capacidade de atendimento, de modo a promover um ambiente de aprendizado inclusivo e seguro.</li> <li>▪ Fortalecer a colaboração entre a comunidade escolar, a sociedade civil e as partes interessadas locais para aprimorar as oportunidades educacionais. Através do Programa Parcerias Comunitárias, o foco é capacitar as comunidades a participarem ativamente no desenvolvimento e implementação de iniciativas que melhorem a educação em seus bairros. Isso inclui criar processos colaborativos que engajem diferentes atores da comunidade, facilitando o acesso a recursos e promovendo soluções que atendam às necessidades educacionais locais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria de Educação;</li> <li>▪ Secretaria de Planejamento Urbano;</li> <li>▪ Secretaria de Obras.</li> </ul>
	Da Política Municipal de Saúde	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Revisar e atualizar dos instrumentos municipais de planejamento em saúde</li> <li>▪ Viabilizar a captação de recursos para investimento e custeio.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Aprimorar os instrumentos de planejamento municipal em saúde para garantir sua adequação às necessidades locais, melhorar a alocação de recursos e ampliar a qualidade e acessibilidade dos serviços de saúde.</li> <li>▪ Aumentar a capacidade financeira do sistema de saúde municipal, para garantir a qualidade dos serviços de saúde oferecidos à população.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria Municipal de Saúde;</li> <li>▪ Secretaria de Finanças.</li> </ul>
	Da Política Municipal de Defesa Social	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Fortalecer a Defesa Civil em relação às mudanças climáticas em especial no caso de enchentes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Fortalecer a capacidade da Defesa Civil para lidar com os desafios causados pelas mudanças climáticas, especialmente no que se refere à prevenção, resposta e mitigação dos impactos de enchentes. Isso inclui melhorar a infraestrutura, aprimorar os processos de monitoramento, aumentar a resiliência das comunidades vulneráveis e capacitar as equipes da Defesa Civil para atuarem de forma mais eficaz diante de desastres naturais associados a eventos climáticos extremos, como chuvas intensas e inundações.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Coordenadoria Municipal de Proteção;</li> <li>▪ Defesa Civil.</li> </ul>
	Da Política Municipal de Cultura e dos Instrumentos de Proteção Cultural	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Implantar e incentivar projetos de modo a fomentar o turismo relacionado ao patrimônio cultural da cidade;</li> <li>▪ Criar e/ou reforçar mecanismos de proteção, promoção e recuperação das memórias, da história, do patrimônio material e imaterial dos Distritos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Fortalecer o setor de turismo e valorizar o patrimônio cultural do município, de modo a contribuir para o desenvolvimento econômico local;</li> <li>▪ O objetivo é envolver a preservação das tradições culturais, monumentos históricos, narrativas locais e práticas comunitárias, além de promover ações educativas e de valorização cultural. A ação busca assegurar que essas heranças sejam mantidas e transmitidas para as futuras gerações, promovendo o reconhecimento da identidade local e o envolvimento da comunidade na conservação de seu patrimônio.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria de Cultura e Turismo;</li> <li>▪ Secretaria de Governo e Comunicação.</li> </ul>

POLÍTICA	AÇÃO PRIORITÁRIA	OBJETIVO	RESPONSÁVEIS
Da Política Municipal de Esporte e Lazer	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Criar os percursos culturais urbanos e rurais com infraestrutura peatonal e cicloviária adequada, associada às práticas de caminhadas e ciclismo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Valorizar o patrimônio cultural, através da integração de pontos culturais e históricos da cidade; bem como promover o turismo cultural, a mobilidade ativa e o bem-estar da população.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria de Cultura e Turismo;</li> <li>▪ Secretaria de Governo e Comunicação;</li> <li>▪ Secretaria de Planejamento Urbano;</li> <li>▪ Secretaria de Obras;</li> <li>▪ Secretaria de Finanças;</li> <li>▪ Secretaria de Trânsito e Transportes.</li> </ul>
Da Política Municipal de Assistência Social	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Buscar ampliação do cofinanciamento, através da captação de recursos estaduais, federais para implantação e expansão de programas sociais, de acordo com as demandas diagnosticadas no Município;</li> <li>▪ Fomentar a intersetorialidade, como estratégia de gestão, visando ampliar as ofertas da Assistência Social em integração com as demais políticas setoriais de modo a permitir o acesso aos direitos sociais básicos e a ampliação de oportunidades às famílias em situação de vulnerabilidade social.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Garantir maior disponibilidade de recursos financeiros para atender às necessidades sociais identificadas, proporcionando suporte a áreas como assistência social, saúde, educação e infraestrutura comunitária, além de melhorar a qualidade de vida da população. Assegurar a sustentabilidade financeira dos programas sociais existentes e promover o desenvolvimento de novos projetos, conforme as prioridades locais;</li> <li>▪ Fomentar a intersetorialidade como estratégia de gestão busca ampliar as ofertas da assistência social em integração com outras políticas setoriais, permitindo o acesso a direitos sociais básicos e criando oportunidades para famílias em situação de vulnerabilidade social.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.</li> </ul>
Da Política Municipal de Habitação de Interesse Social	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Elaborar e manter atualizado o Plano Local de Habitação de Interesse Social, no prazo máximo de 3 (três) anos, a contar da data de publicação desta Lei Complementar, definindo procedimentos e ações de curto, médio e longo prazo, para viabilizar o acesso à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, infraestrutura, transporte, serviços, trabalho e lazer, respeitando as diretrizes de ordenamento e controle do uso e ocupação do solo, de preservação do meio ambiente natural e construído garantindo a participação da comunidade;</li> <li>▪ Estabelecer parcerias com Entidades para promover a capacitação contínua de arquitetos, urbanistas e engenheiros para atuarem em projetos de ATHIS, garantindo a qualidade e a segurança das intervenções.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Planejar de forma estratégica o desenvolvimento habitacional do Município, com foco na inclusão social, sustentabilidade e participação cidadã, assegurando condições dignas de moradia e qualidade de vida para a população de baixa renda;</li> <li>▪ Ampliar a atuação de arquitetos, urbanistas e engenheiros em projetos de ATHIS e garantir a qualidade e segurança das intervenções.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria de Habitação;</li> <li>▪ Secretaria de Desenvolvimento Social.</li> </ul>
Da Política Municipal de Paisagem e Sistema dos Espaços Livres	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Desenvolver programa de identidade visual do município, abrangendo mobiliário urbano, regras de publicidade e propaganda, padronização de calçadas e arborização urbana.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Implementar sinalizações claras e padronizadas, a proposta facilita a navegação e a orientação dos cidadãos. A iniciativa também busca promover a sustentabilidade por meio da arborização e do mobiliário urbano, regulando a publicidade para evitar a poluição visual. Assim, pretende-se criar um ambiente urbano mais organizado, atraente e funcional, que fortaleça a identidade local e melhore a qualidade de vida da população.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria de Governo e Comunicação.</li> </ul>
Da Política Municipal de Prevenção de Desastres e Mudanças Climáticas, Proteção e Defesa Civil	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Identificar e mapear (georreferenciado) as áreas com riscos geológicos e de inundações, a fim de minimizar as inundações, processos erosivos, contaminações do lençol freático, entre outros.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Identificar e mapear, de forma georreferenciada, áreas com riscos geológicos e de inundações visa minimizar problemas como inundações, processos erosivos e contaminação do lençol freático. A iniciativa envolve o levantamento de dados sobre características geológicas e hidrológicas, a criação de mapas de risco por meio de geoprocessamento e a análise da probabilidade e impacto de eventos adversos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade.</li> </ul>
Da Política Municipal de Regularização Urbanística e Fundiária	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Cadastrar e mapear a estrutura fundiária do município, objetivando a constituição de um banco de dados, com o mapeamento e a indicação das propriedades urbanas em questão.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A proposta visa cadastrar e mapear a estrutura fundiária do município, com o objetivo de criar um banco de dados que contenha informações detalhadas sobre as propriedades urbanas. Essa iniciativa busca facilitar a gestão do território, promovendo um melhor planejamento urbano e rural. Além disso, proporciona maior transparência e acesso às informações sobre propriedades, contribuindo para a segurança jurídica e a regularização fundiária. O mapeamento também apoia a formulação de políticas públicas e a identificação de áreas adequadas para o desenvolvimento sustentável, visando um crescimento urbano mais organizado e justo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria de Planejamento Urbano.</li> </ul>

POLÍTICA	AÇÃO PRIORITÁRIA		OBJETIVO	RESPONSÁVEIS
	Da Política Municipal de Abastecimento e Segurança Alimentar	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Elaborar o Plano Municipal de Abastecimento e Segurança Alimentar, no prazo máximo de 3 (três) anos, a contar da data de publicação desta Lei Complementar.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Promover a elaboração do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de modo a garantir a segurança alimentar e nutricional da população de Uberlândia, através do acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e de forma digna.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria de Saúde;</li> <li>▪ Secretaria de Desenvolvimento Social;</li> <li>▪ Secretaria de Finanças;</li> <li>▪ Secretaria de Agronegócio, Economia e Inovação;</li> <li>▪ Secretaria de Gestão Estratégica.</li> </ul>
	Dos Direitos para Mulheres, Idosos, Pessoa com Deficiência, População LGBTQIAPN+ e <a href="#">Imigrantes</a>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Oferecer atendimento psicossocial, socioassistencial e jurídico para pessoas vítimas de violência obtenham o suporte necessário para a superação da situação de violência.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A iniciativa busca promover a recuperação emocional, oferecendo apoio psicológico para ajudar as vítimas a lidarem com o trauma. Além disso, garante acesso à orientação jurídica, assegurando que elas conheçam seus direitos e busquem proteção legal. A ação também visa facilitar a reintegração social, conectando as vítimas a serviços e recursos comunitários.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.</li> </ul>

- **P1- Tendência de crescimento na quantidade de áreas verdes no município e na conservação ambiental, tendo em vista a efetiva implementação de áreas de relevante interesse ecológico (ARIE), de parques municipais e lineares, da aplicação das Políticas Públicas Ambientais, das Ações previstas no PDM, da Política Municipal de Educação Ambiental (PMEA) e do Sistema Municipal de Educação Ambiental (SISMEA).**
- **P2- Tendência de recuperação gradativa das APPs dos rios urbanos e municipais, em função da realização de diversas intervenções públicas com objetivo de proteção e recuperação de nascentes e córregos, descontos em impostos mediante comprovação de recuperação e doação de mudas para arborização viária, dentre outras medidas planejadas e previstas nas ações do PDM, com prazos, metas e custos definidos para sua aplicabilidade.**
- **P3- Tendência de consolidação da cidade como Polo Agromineral Verde, tendo em vista diretrizes específicas no PDM e previsão do lançamento do Polo Agromineral no Plano de Ação do município, com prazos, metas, custos e responsáveis definidos, para se colocar em prática.**



- P4- Devido ao macrozoneamento municipal e Plano de Ação do PDM, além de diretrizes e estratégias previstas especificamente para o Eixo Ambiental a tendência será o ordenamento do uso do solo rural, com indicação, por exemplo, de macrozonas de preservação e conservação das áreas de campos hidromórficos, em que não serão permitidas atividades intensivas.
- P5- Com a planejamento decorrente do PDM (para um horizonte de 10 anos), a tendência será o surgimento de novas centralidades urbanas e subcentros ordenados, a ocupação planejada e a consolidação dos setores de vias (arteriais, coletoras, estruturais, de serviços e especiais), com a consequente minimização dos vazios urbanos.
- P6- Com a aprovação e implementação da nova Lei de Perímetro Urbano e Parcelamento do Solo (integrante do Plano Diretor Municipal), a tendência será a proibição de implementação de novos empreendimentos urbanos fora do perímetro constituído legalmente, sob aplicação das penalidades cabíveis, que tenderão a não mais ocorrer.
- P7- Com forte atuação do poder público em políticas habitacionais, planejamento, monitoramento, fiscalização das áreas públicas, implementação e consolidação das ações e áreas de ZEIS previstas no PDM, além de força tarefa para resolução eficaz dos processos fundiários em tramitação na SEPLAN, a tendência será a minimização das invasões e ocupações irregulares ao longo do tempo.

- P8- A partir da implementação e consolidação do novo perímetro urbano, zoneamento urbano (especialmente das zonas de urbanização específica), demais legislações urbanísticas e ações do PDM, de modo a controlar o surgimento de loteamentos clandestinos na área rural, assim como estratégias para suprimento de infraestrutura para a população flutuante, a demanda rural por abastecimento público de água tenderá a diminuir.
- P9- Políticas, estratégias, diretrizes e ações do PDM, concomitantes ao Plano Municipal de Saneamento Básico irão auxiliar na promoção do manejo adequado dos resíduos e no crescimento de programas de coleta seletiva, assim como sistemas tecnológicos que possam ser implementados no Aterro Sanitário, cuja tendência é a minimização dos volumes de efluentes lançados na ETE Uberabinha.
- P10- Caso o município implemente seu Plano Diretor de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais (previsto para 2025), Plano de Emergência Pluviométrico (PEP), assim como realize a estruturação e previsão de bacias de contenção e de medidas estruturais e efetive as ações previstas no PDM (mais áreas permeáveis, áreas verdes, parques urbanos) e instrumentos de gestão de riscos, a tendência é a minimização nos problemas de drenagem urbana e dos casos de alagamentos na cidade.
- P11- As estratégias previstas no PDM aliadas a implementação de novas ações e campanhas específicas (uso de cartilhas, propagandas informativas, palestras comunitárias, etc.), voltadas à coleta seletiva e formas adequadas de utilização dos PEVs, tenderá a promover o aumento da conscientização da população para o correto manejo de resíduos sólidos e resíduos recicláveis, bem como utilização adequada dos PEVs.

- P12- A partir da nova lei de Sistema Viário, demais legislações, diretrizes e ações decorrentes do PDM os conflitos viários serão sanados e minimizados os acidentes de trânsito. Ainda, o PDM trará soluções para a insuficiência de estacionamentos na cidade.
- P13- Por meio das diretrizes estratégicas e das ações do PDM, o transporte coletivo tende a ter um crescimento em sua demanda, incrementando e ampliando o sistema existente, tendo em vista a configuração dos novos subcentros e do reordenamento territorial.
- P14- O planejamento do sistema viário dentro do PDM e suas ações trará ampliação na rede cicloviária urbana, bem como novas diretrizes de rotas para ampliação de sua rede e das conexões, assim como melhoria nas infraestruturas, de modo a integrar os usos dos modais de descolamento urbano.
- P15- Com as ações do PDM e previsões de capacidade de atendimento para o horizonte futuro, a tendência é a continuidade e melhoria em sua cobertura, considerando também o cenário de crescimento populacional.

- P16- **Tendência de incremento populacional com projeção de elevadas taxas de crescimento ao longo dos próximos anos.**
- P17- Com a **implementação do PDM e suas ações a tendência é de crescimento econômico exponencial de Uberlândia e destaque maior ainda no cenário regional**, pois haverá **forte atração para instalação de novos empreendimentos econômicos** (empresas e indústrias).
- P18- Por meio do **PDM e zoneamento o crescimento imobiliário da cidade continuará aquecido**, porém com **locais planejados e dotados de infraestrutura adequada para receber o adensamento vertical.**
- P19- A partir do **macrozoneamento municipal e demais legislações pertinentes do arcabouço legal do PDM os atrativos naturais e o entorno dos reservatórios terão regulamentações específicas e normas de uso e ocupação do solo**, assim como **penalidades em casos de descumprimento**, com a **tendência de ordenamento e minimização de problemas fundiários nestes locais.**
- P20- Com as **ações do PDM, aplicação de penalidades previstas e monitoramento constante e adequado aos edifícios tombados**, a **tendência é a minimização e término de ações de descaracterização contra os edifícios tombados**, assim como **crescimento de ações de manutenção das características históricas destes.**

- P21- **Tendência de incremento na qualificação do quadro técnico, além do aperfeiçoamento constante, com uso de ferramentas SIG e tecnologias integradas na prestação dos serviços.**
- P22- **As ações do PDM também preveem melhorias nos aspectos institucionais e saúde financeira do município, com proposições de ações que gerarão maior arrecadação pública municipal, atração por novos investidores, dentre outros, o que tenderá a aumentar ainda mais as receitas municipais e sua capacidade para novos investimentos.**
- P23- **Com a aprovação e implementação do Plano Diretor Municipal, Zoneamento e demais legislações urbanísticas, a tendência é não mais haver necessidade de alterações posteriores até sua próxima revisão.**

**ESTUDO DE SATURAÇÃO DO ZONEAMENTO PROPOSTO - CENÁRIOS CONSIDERANDO SOMENTE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR**

ZONA	CA BAS	CA MAX	LOTE MÍN (m²)	Nº LOTES MENORES QUE 5.000 m²	Nº LOTES ENTRE 5.000 E 10.000 m²	Alternativa 1¹	Alternativa 2²	Alternativa 3³	ÁREA LOTES ENTRE 10.000 E 20.000 m²	ÁREA LOTES ENTRE 20.000 E 40.000 m²	ÁREA LOTES ACIMA DE 40.000 m²	-0,37	-0,17	Nº LOTES	CENÁRIO 1¹	CENÁRIO 2²	CENÁRIO 3³
						HAB/ LOTE VAZIO 1 DOM/LOTE	HAB/ LOTE VAZIO 1 DOM/CA BAS	HAB/ LOTE VAZIO 1 DOM/CA MAX							HAB/ LOTE VAZIO 1 DOM/LOTE	HAB/ LOTE VAZIO 1 DOM/CA BAS	HAB/ LOTE VAZIO 1 DOM/CA MAX
ZC1	3,50	5,00	250	50	1	135	186	216	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0	0	0
ZC2	3,00	4,00	250	701	1	1.860	2.418	2.697	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0	0	0
ZCF	1,50	1,50	250	29	0	77	83	83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0	0	0
ZEIS 2	1,20	1,20	150	6	0	16	16	16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0	0	0
ZM	2,50	4,00	250	2.593	13	6.906	8.460	10.014	46.877,70	67.423,60	169.099,87	106.532,92	94.870,08	806	2.135	2.615	3.096
ZR1 A	1,20	1,20	360	842	5	2.245	2.312	2.312	10.503,70	32.721,30	0,00	0,00	35.876,75	100	264	272	272
ZR1 B	1,20	1,20	360	1.658	4	4.404	4.536	4.536	14.414,80	88.744,00	0,00	0,00	85.621,80	238	630	649	649
ZR2	2,50	3,50	250	20.407	58	54.232	66.435	74.569	504.973,30	546.270,40	27.775.899,00	17.498.816,37	872.532,27	73.485	194.736	238.552	267.762
ZR3	1,20	1,20	360	1.422	15	3.808	3.922	3.922	67.013,40	77.329,30	3.074.643,44	1.937.025,37	119.804,44	5.713	15.141	15.595	15.595
ZRPA	0,20	0,20	5000	75	148	591	520	520	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0	0	0
ZT	1,50	2,00	250	2.367	12	6.304	6.777	7.250	219.777,50	418.965,60	3.948.675,28	2.487.665,43	530.156,77	12.071	31.989	34.388	36.787
ZCH A	1,20	1,20	250	298	112	1.087	1.119	1.119	343.950,70	60.508,20	59.835,98	37.696,67	335.700,89	1.494	3.958	4.077	4.077
ZCH B	1,20	1,20	1000	1.400	1	3.713	3.824	3.824	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0	0	0
ZCH C	0,20	0,20	5000	8	41	130	114	114	338.457,90	0,00	0,00	0,00	280.920,06	56	149	131	131
<b>TOTAIS</b>				<b>31.856</b>	<b>411</b>	<b>85.508</b>	<b>100.723</b>	<b>111.194</b>	<b>1.545.969,00</b>	<b>1.291.962,40</b>	<b>35.028.153,57</b>			<b>93.963</b>	<b>249.002</b>	<b>296.279</b>	<b>328.369</b>

**lotos vazios**
**novos lotes**

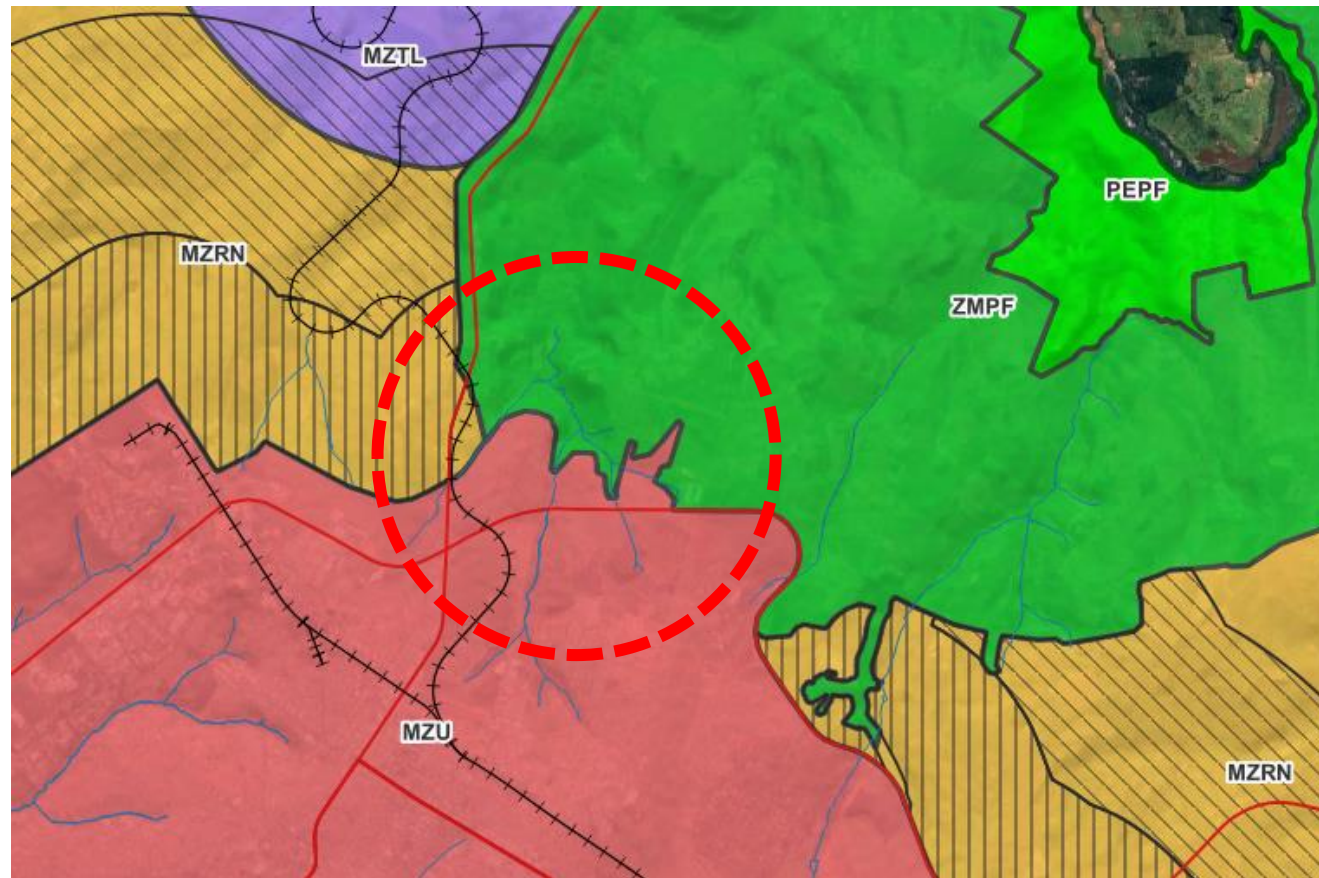
TOTAIS	
Alternativa 1	334.509
Alternativa 2	397.002
Alternativa 3	439.563

Notas: 1 – Considera 2,65 habitantes por domicílio e 1 domicílio por lote vazio; 2 – Considera 2,65 habitantes por domicílio e 1 domicílio por CA básico; 3 – Considera 2,65 habitantes por domicílio e 1 domicílio por CA máximo.

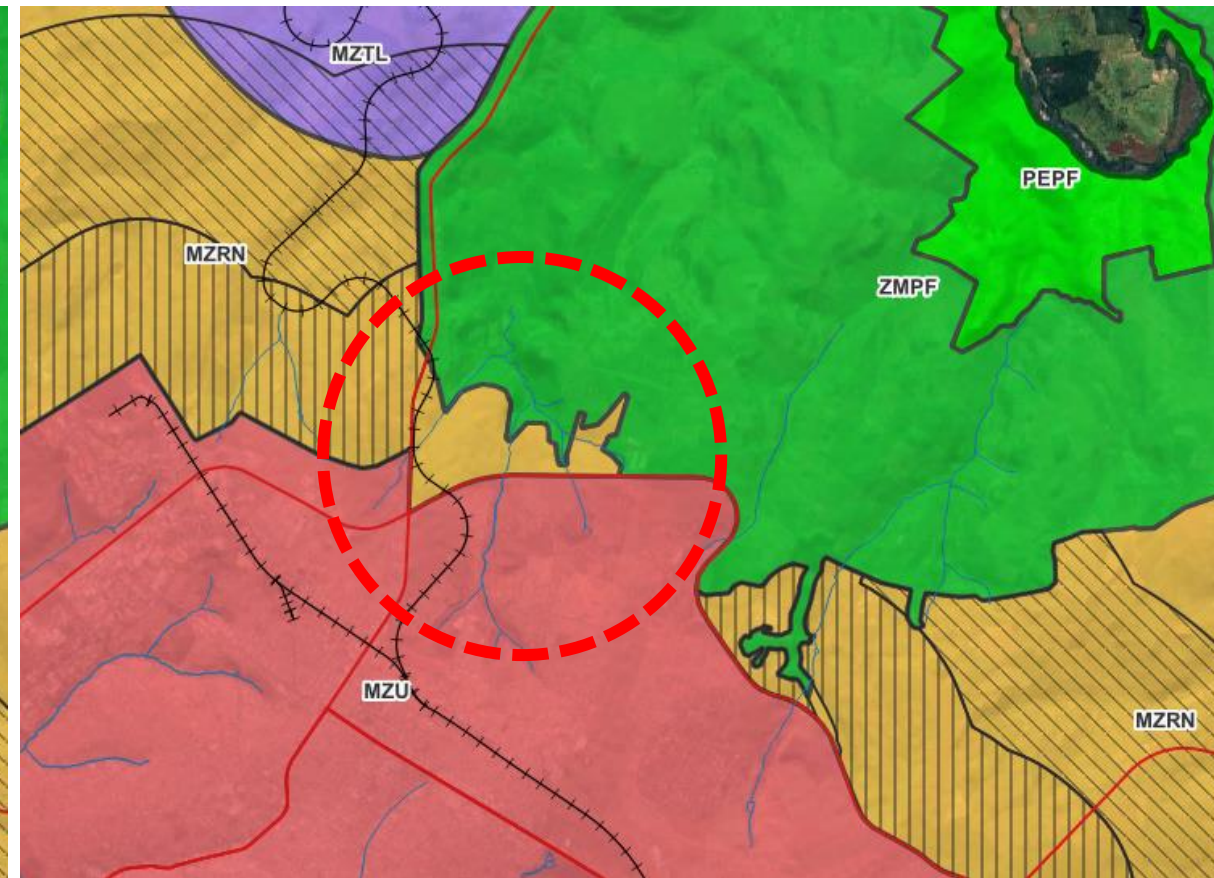
Cenário bastante conservador: 1 família por lote e/ou 1 família por CA, com 15% de verticalização

- Alternativa 1 simulada: **962.226 habitantes**
- Alternativa 2 simulada: **1.009.503 habitantes**
- Alternativa 3 simulada: **1.041.593 habitantes**

# MACROZONEAMENTO



Situação anterior



Alteração proposta



# MACROZONEAMENTO

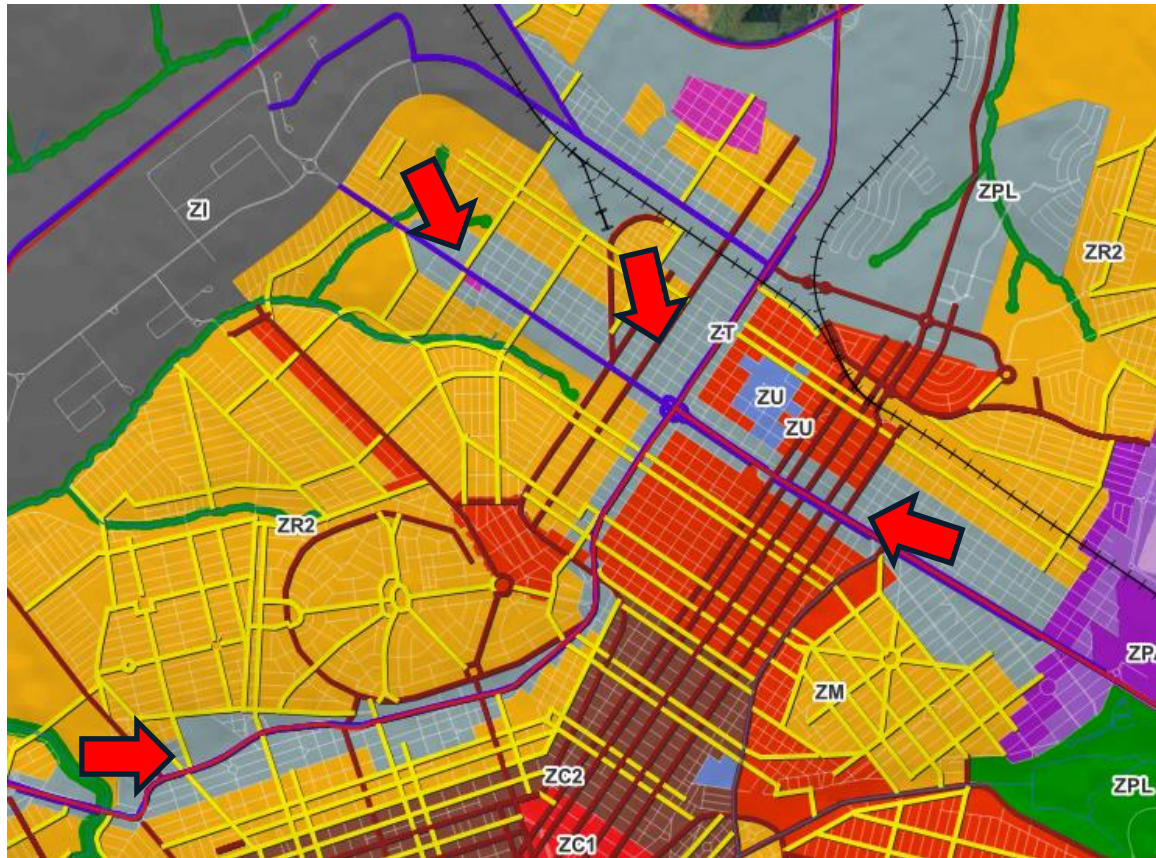
**Art. 7º** São permitidos para a Macrozona de Expansão Urbana, além dos usos pertinentes às atividades rurais, os empreendimentos comerciais, de serviços, industriais ou equipamentos sociais o parcelamento do solo na modalidade de Sítios de Recreios e os loteamentos e condomínios para fins empresariais, sendo que esta modalidade somente poderá ser implantada em glebas lindeiras ao anel viário ou rodovias.

§ 1º Fica proibida a implantação de atividades potencialmente poluidoras na Macrozona de Expansão Urbana que se sobrepõe à Macrozona de Proteção dos Mananciais – MZP.

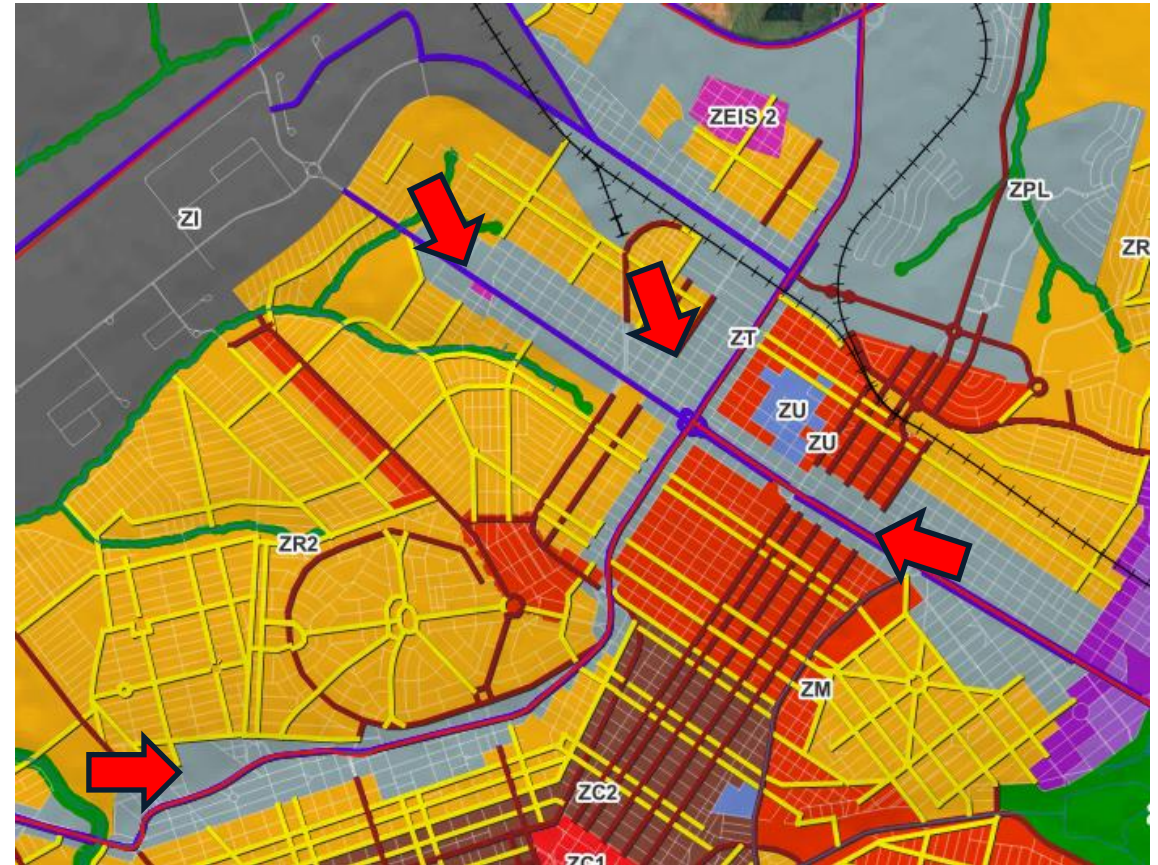
§2º. Somente após a finalizado o processo de Outorga de Alteração de Uso será possível utilizar os parâmetros urbanísticos e de tamanhos de lotes das Macrozonas de Expansão 1 e 2.

§ 3º Nas Macrozonas de Expansão Urbana 1 e 2, quando sobrepostas à Macrozona de Proteção dos Mananciais, prevalecerão os usos e índices urbanísticos definidos para a Macrozona de Expansão Urbana.

# SETORES DE VIAS - ZT

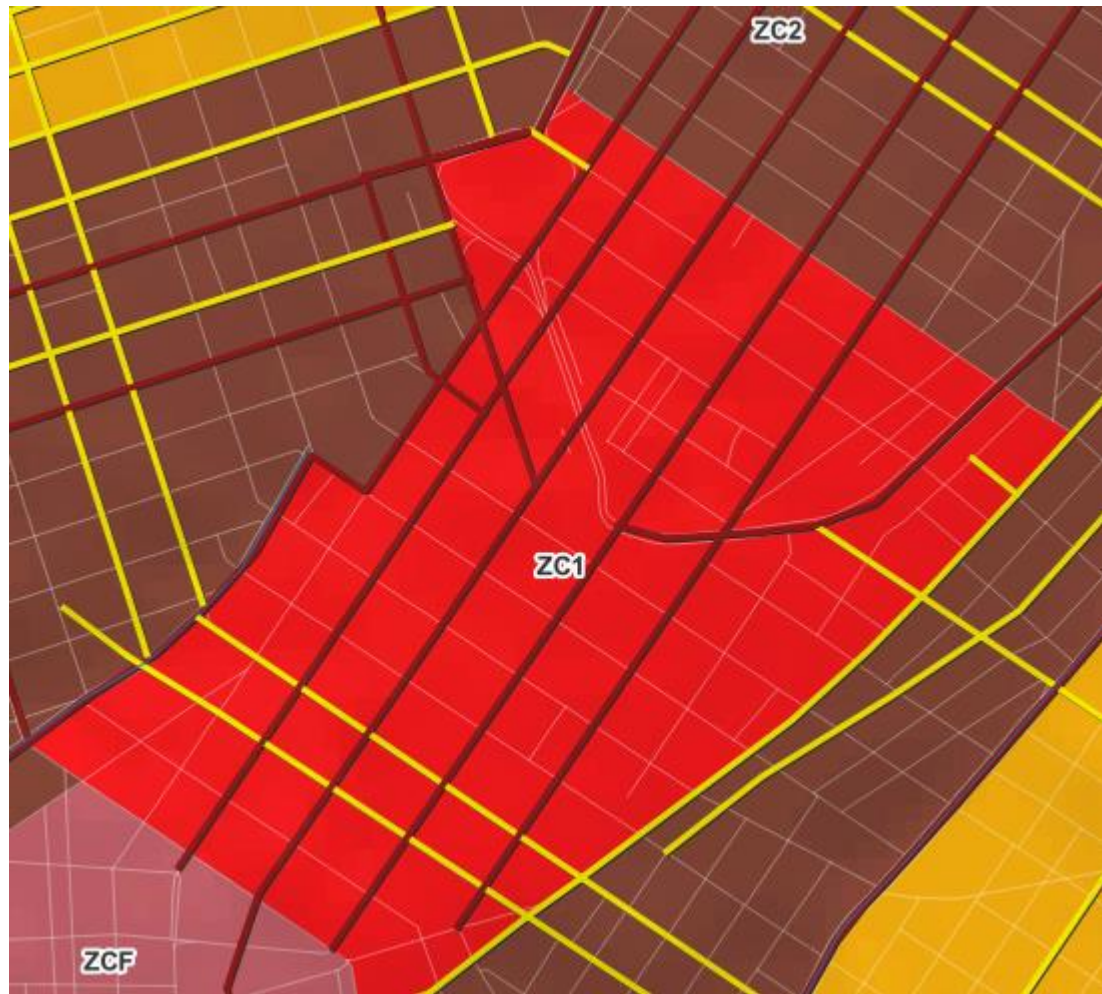


Situação anterior

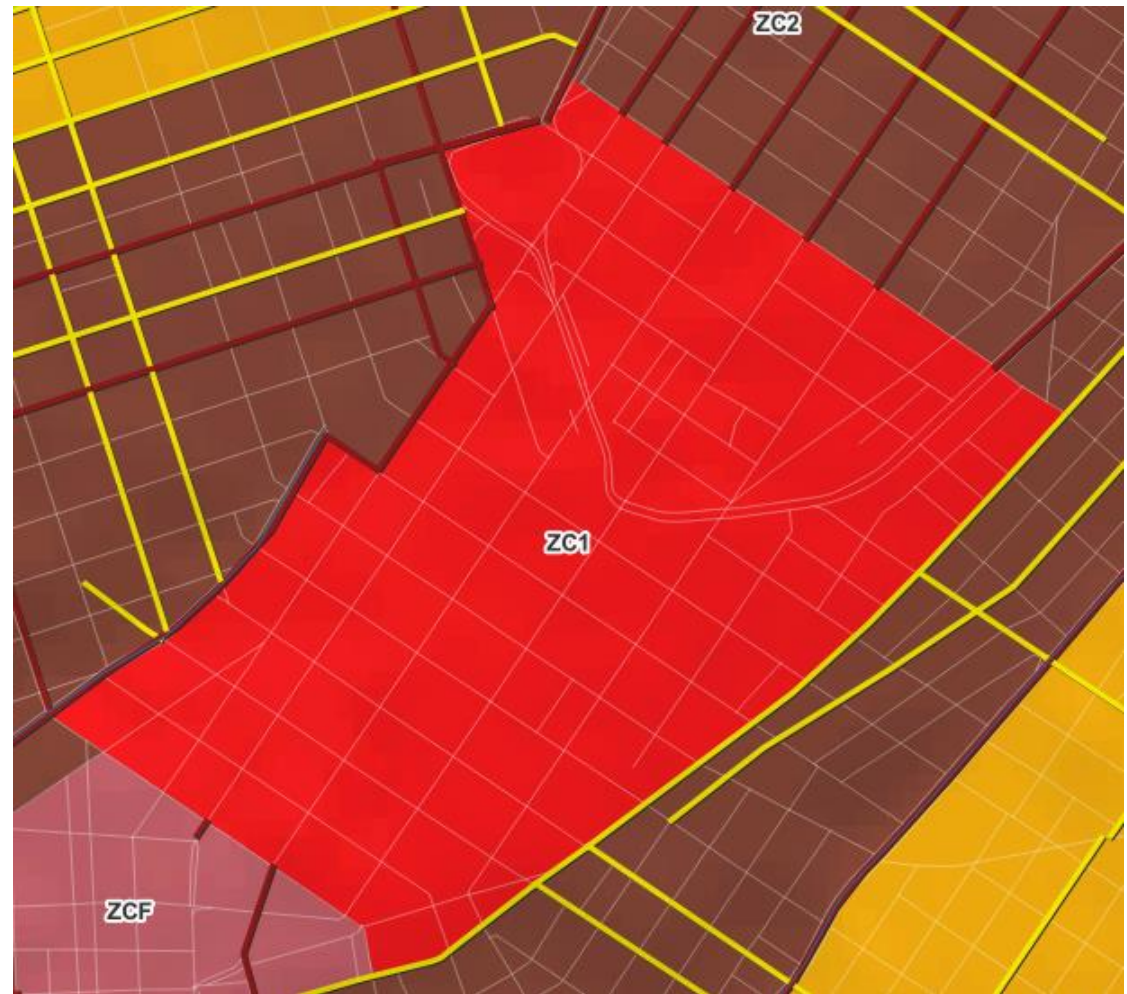


Alteração proposta

# SETORES DE VIAS – ZC1



Situação anterior



Alteração proposta

# ZONEAMENTO – ZEIS II

Zona	Taxa de Ocupação (A)	CA Básico	CA Máximo	Afastamento Frontal	Demais afastamentos	Testada mínima	Área mínima	Gabarito Máximo
ZEIS II	80%	1,2	1,2	3,0	1,5 (D)	6	<del>150,00 m<sup>2</sup></del> 200,00 m <sup>2</sup>	10 m

# MANIFESTAÇÕES

*lembrando o Código de Conduta*

## Por Favor:

- 1) Se ater às **discussões relativas ao PLANO DIRETOR;**
- 2) Realizar **falas sucintas e objetivas;**
- 3) **Alternar as falas**, para que mais pessoas possam participar; e
- 4) **Respeitar a vez de quem está falando.**

# CRONOGRAMA

- **12 e 14 de Nov.** - Devolutivas das legislações;
- Contribuições e eventuais ajustes, por eMail, até **22 de Nov. – sexta-feira** – face ao tempo necessário para elaborar os produtos e atender aos 15 dias para publicação dos documentos relativos a 3ª Audiência Pública; e
- **10 de dezembro.** - 3ª Audiência Pública - Minutas das Leis zoneamento e parcelamento, instrumentos. Consolidação do PDM e Perímetros.

# Obrigado!

CONSÓRCIO  
CIDADANIA

**Consórcio Cidadania**

